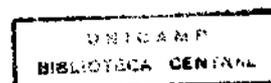


Flávia Millena Biroli

**A nação diante do suicídio de Vargas:
uma análise do discurso do PCB**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas
Março de 1999

9912115



Flávia Millena Biroli

A nação diante do suicídio de Vargas:
uma análise do discurso do PCB

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. Italo Arnaldo Tronca.

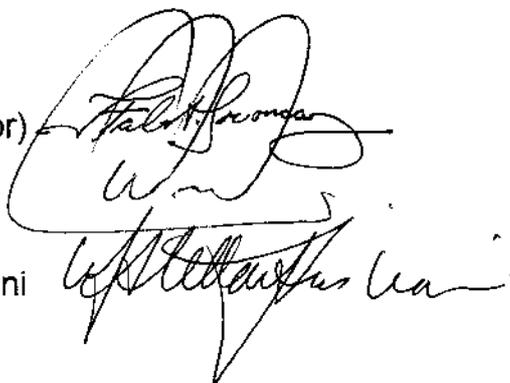
Este exemplar corresponde
à redação final da
dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 17 /03/1999.

Prof. Dr. Italo Arnaldo Tronca (orientador)

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani

Prof. Dr. Sírio Possenti (suplente)



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

B538n Bioli, Flávia Millena
A nação diante do suicídio de Vargas : uma análise do
discurso do PCB / Flávia Millena Bioli. -- Campinas, SP :
[s.n.], 1999.

Orientador : Italo Arnaldo Tronca.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 2. Partido Comunista do
Brasil - História. 3. Análise do discurso. 4. Nacionalismo.
5. Linguagem. 6. Memória (Filosofia). I. Tronca, Italo
Arnaldo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

“As palavras me antecedem e ultrapassam, elas me tentam e me modificam, e se não tomo cuidado será tarde demais: as coisas serão ditas sem eu as ter dito. (...) Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias.”

(Clarice Lispector, “Os desastres de Sofia”, em *Felicidade Clandestina*)

**Para o Marcelo, pelo exercício diário
de amor e companheirismo**

AGRADECIMENTOS

Agradeço

à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pelo financiamento desta pesquisa;

ao meu orientador, professor Italo Arnaldo Tronca, pela orientação, pelo diálogo, pela amizade e, acima de tudo, por acreditar, estimulando;

ao Marcelo, pela leitura, pela revisão do texto, pelas opiniões e pelo acompanhamento sempre tão paciente;

aos meus pais, Marta e José Roberto, e às minhas irmãs, Fernanda e Roberta, pela amizade e solidariedade constantes;

ao professor João Wanderley Geraldi, pela leitura, pelas observações e pelo diálogo em sala de aula, que impulsionou muitas das reflexões presentes neste trabalho;

à professora Maria Stella Martins Bresciani, pela leitura atenciosa e por sugestões que colaboraram muito para a finalização deste estudo;

a Manoel Gonçalves Corrêa, em especial, pelas leituras, pela amizade e pelas longas conversas, que têm sido tão importantes, não só para a realização deste estudo, mas para todo um percurso de vida;

ao amigo Guilherme Amaral Luz, pelas leituras, pelas opiniões, pelo diálogo;

aos amigos Fabiana Cristina Komesu; Graziela Zanin Kronka; Emerson Dionísio Gomes de Oliveira; Marcelo Bressanin; Márcio Tokarski Pereira e Andréa Domênica.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
PARTE 1:	
Nação: a história como projeto	13
1.1. A nação como acontecimento	16
1.2. História na história: o trabalho do historiador na dinâmica entre estabilização e desestabilização	43
1.3. Nação: a memória enunciada	64
PARTE 2:	
A nação na história: identidade e poder no discurso do PCB	75
2.1. Em que nação suicidou-se Vargas?	78
2.2. Em que nação o PCB vê a morte de Vargas?	90
2.3. O PCB e a imprensa: a nação em dois discursos	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
BIBLIOGRAFIA	147
FONTES	158

APRESENTAÇÃO

A partir de agora, estaremos dialogando com um passado não tão distante. O passado de que falamos – os primeiros anos da década de 50, no Brasil – vai sendo visualizado na perspectiva do Partido Comunista do Brasil (PCB).

A *nação* que o PCB queria, propunha, construía... forma um quadro para o qual nos voltamos. Como não o encontramos como quadro acabado, como retrato revelado de um momento, é nesse “voltar-se para um passado” que o retrato se constrói. E é desse retrato, que se constitui enquanto nossos olhos se movimentam em direção aos anos 50, que falaremos aqui.

Retratando essa *nação* que se desenha nos enunciados do PCB, movimentamos projetos inacabados, propostas e percepções historicamente possíveis, isto é, que emergem em um contexto histórico peculiar. A *nação* projetada naquele momento se lança para além dele. O termo projeto já o diz.

Hoje, podemos perceber como esses e outros tantos projetos se misturam ao nosso presente. As *nações* pensadas (e construídas) no

passado se entrelaçam àquelas que participam de projetos atuais. Nosso presente também olha para o passado buscando um futuro.

“Recordar é viver” é o título do artigo de Flávio Pinheiro na revista *Veja* de 24/06/98. “O nacionalismo de Brizola coagulou nos anos 50 e entope a candidatura Lula” (p.35), destaca o jornalista, referindo-se às eleições para a Presidência da República, em outubro de 1998.

O mesmo jornalista, em artigo anterior (*Veja*, 27/05/98, p.35), já afirmava, comentando a venda da Telerj: “Não somos nem prisioneiros do mundo despolitizado da globalização, onde sobraram apenas corporações e consumidores, nem do nacionalismo obsoleto. Existe lá alguma questão de soberania na venda de um traste velho como a Telerj?”.

Na mesma semana e ainda na revista *Veja*, lemos o apelo de João Pedro Stédile, líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). “Não venham para o Brasil, porque vocês vão perder dinheiro. Mais cedo ou mais tarde, vamos recuperar a soberania nacional” (p.37), teria dito Stédile, em Viena, durante um seminário de entidades e partidos de esquerda.

Esses enunciados, em conjunto, vão fornecendo peças que compõem, no presente, percepções de um passado para o qual nós também nos voltamos. Antes de falarmos de como nossa pesquisa se situa em relação a seu objeto de análise, vejamos ainda um pouco mais sobre como o período a que nos referimos se entrelaça aos fios de

nosso próprio tempo, tecendo, junto a tantos outros, o próprio lugar de onde o observamos.

No dia 18/12/96, lemos, na p. 13 do jornal *Folha de S. Paulo*, um artigo que interpreta o que seria, segundo seu autor, o articulista Marcelo Coelho, uma “redescoberta ansiosa dos anos 50 no Brasil, como se tivessem sido uma idade de ouro”. Coelho fala, entre outras coisas, de uma “integridade estilística”, que “dá ao Simca Chambord, à inflação baixa, à construção de Brasília, ao governo JK e à bossa nova uma unidade, uma graça, uma beleza própria, ordenada e descontraída”. Não deixa de acrescentar o quanto essa suposta unidade é discutível, mas diz que “tratava-se de um tempo em que os campos ideológicos estavam perfeitamente delimitados. Ou você era comunista, ou não era. Tudo tinha muito mais simplicidade. A pobreza nos morros existia, mas não se confundia com a criminalidade organizada”.

O jornalista não resiste a uma comparação entre “os anos 50” e o Brasil atual. “Estaremos vivendo num período que deixará saudades? – questiona, respondendo em seguida – É provável que sim. Estaremos vivendo a volta dos anos 50 imaginários, dessa idade de ouro do Brasil? Desconfio que não”. E esta última resposta se deve ao fato de que, “apesar da inflação baixa, do acesso triunfal das classes C e D ao crediário, falta, hoje em dia, um sentido utópico ao ambiente. Nos anos juscelinistas, a industrialização, a loucura que foi Brasília, a graça industrial da bossa nova

significavam a esperança num país bem brasileiro, promissor em suas condescendências”. Hoje, continua, sabemos “que tudo o que é moderno vem de fora, é artigo de importação. Que a modernidade é desnacionalizante. De modo que nossa nostalgia pelos anos 50 é, sobretudo, uma nostalgia pelo desenvolvimento nacionalista, bem brasileiro, estatal, contra a desnacionalização vigente”.

Como já dizíamos, nosso presente também olha para o passado buscando um futuro. Assim, Coelho termina seu artigo com um convite: “Melhor pensar que os dias atuais são tão dourados como os anos JK. A unidade estética nos isenta de contradições, nos livra de críticas. Apaga as contradições. Vamos em frente”.

Ao conceder espaço ao conjunto de enunciados que acabamos de reproduzir, mobilizamos imagens dos anos 50 que são bastante difundidas no presente deste estudo, principalmente por meio da imprensa, atingindo, portanto, um público amplo e diversificado. No caminho que nos leva, delas, aos estudos sobre o período e, com mais ênfase, a discursos enunciados no início dos anos 50, vão se impondo deslocamentos de sentidos, ao mesmo tempo em que ganham visibilidade séries enunciativas que nos dizem algo sobre esses sentidos que “ficaram para a história”.

Nos enunciados citados, temos alguns diálogos possíveis entre o momento atual e o período para o qual nos voltamos. Também este estudo participa desse diálogo. Diferencia-se dele pelas mesmas razões

pelas quais o trabalho do historiador, ao “escolher” e retratar um passado, procura diferenciá-lo do passado como aquilo que “invade” o presente. É deste trabalho de atribuir limites a um momento histórico, retratando-o – ilusão da memória domada e instrumentada? –, que falaremos na **Parte 1**.

Na **Parte 2**, falaremos, mais especificamente, sobre a *nação* que vai se constituindo no discurso do PCB. Articulado, com variações, noções como as de burguesia nacional, reforma agrária, indústria nacional, imperialismo norte-americano e frente única, o PCB projeta uma *nação*. Para tanto, institui um então passado-presente que vai legitimando a história nacional que o partido projeta.

Estudamos o discurso do partido comparado ao discurso de veículos da imprensa. Para tanto, determinamos o seguinte recorte: analisamos a dinâmica pela qual o acontecimento da morte de Getúlio Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, se insere na estrutura desses dois discursos, sempre atentos às semelhanças e diferenças existentes entre as *nações* que enunciam.

Não é nosso objetivo realizar uma “história do PCB”, histórias da *nação* ou do nacionalismo. Procuramos, sim, compreender a dinâmica discursiva pela qual *uma nação* vai-se constituindo no discurso do PCB. E compreendê-la é, aqui, analisar movimentos de memorização, recortes e exclusões pelos quais uma identidade nacional é afirmada,

legitimando uma identidade possível para o PCB e constituindo, assim, os frágeis limites de uma *nação enunciada*.

PARTE 1:

NAÇÃO: A HISTÓRIA COMO PROJETO

“(...) quando a história leva em consideração o ‘fazer’ (‘fazer história’), encontra ao mesmo tempo seu enraizamento na ação que ‘faz história’. Da mesma forma que o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser a práxis política, econômica ou religiosa, que muda as sociedades e que, num momento dado, torna possível tal ou qual tipo de compreensão científica.”

(Michel de Certeau, 1982, p.41)

Nesta primeira parte, apontaremos o percurso teórico-metodológico de nosso estudo. Nela, se encontram as principais diretrizes teóricas que, conjugadas, compõem o quadro analítico no qual inserimos o objeto de nossas análises: a *nação* projetada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)¹ na primeira metade dos anos 50. Mais especificamente, a dinâmica pela qual o suicídio do presidente Getúlio Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, é incorporado pelo discurso do PCB, no que se refere ao conceito de *nação* projetado pelo partido.

No primeiro dos três itens que compõem esta **Parte 1** (item 1.1), problematizamos os conceitos de *nação* e *nacionalismo*. Na problematização desses conceitos, estão presentes algumas das diretrizes teóricas que sustentam as análises que compõem a **Parte 2**.

Na seqüência – item 1.2 –, questionamos o trabalho do historiador em sua relação com o objeto de suas análises. Nesse momento, refletimos sobre os movimentos da memória e a inserção do pesquisador nessa dinâmica. Aqui, duas imagens, indissociáveis, orientam nossa reflexão: em uma, vemos o historiador como “leitor”, isto é, envolvido em *ler*, em suas fontes, elementos que lhe permitam construir *sua história*; em outra, o

¹ O PCB foi criado em março de 1922, sendo denominado, então, *Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista*. Pouco tempo depois, passa a ser chamado de *Partido Comunista do Brasil*, denominação esta que perduraria até o ano de 1961. É somente a partir desta data que o PCB é nomeado *Partido Comunista Brasileiro*.

visualizamos como “produtor de textos”, isto é, como aquele que, a partir das leituras realizadas, *narra uma história*.

No terceiro e último item desta Parte (1.3), transformamos a reflexão sobre a relação entre o historiador e seu objeto de análise em uma descrição da construção do objeto de análise deste estudo e, portanto, de nossa intervenção, enquanto analistas, no material lingüístico a partir do qual efetuamos nossas análises.

Passemos, pois, aos primeiros passos de nosso percurso. No caminho, o esforço para definir um objeto e analisá-lo, sem perder de vista que, nesse percurso, constituem-se os contornos deste estudo; no traçado assumido pelo objeto, limites históricos da análise; nos passos teóricos do pesquisador, possibilidades de materialização de seu objeto.

1.1. A NAÇÃO COMO ACONTECIMENTO

Nos anos 50, o *nacionalismo* é um tema constante. De diversos pontos da trama política, naquele momento, grupos se rotulam nacionalistas, o que implica que indiquem, ao mesmo tempo, o seu contraponto, os inimigos da *nação*.

O *nacionalismo* se constitui como marcador de posições nos discursos que circulam no período. É importante ressaltar, porém, que esse *nacionalismo* não tem uma existência à margem desses discursos, mas, ao contrário, ganha materialidade nos próprios enunciados em que seus contornos vão se estabelecendo. Daí o esforço bastante comum no sentido de definir o “verdadeiro nacionalismo” ou de diferenciar-se dos “falsos nacionalistas” ou “proveitadores”. Neste quadro, vai-se constituindo um diálogo em que as mais diversas vozes lançam mão do *nacionalismo*, enquanto “noção confusa”². Cada uma delas, a seu modo, busca assegurar seu espaço na política. Ouvem-se, entre elas, também as vozes do PCB.

² Perelman (1970) *apud* Pécora (1989). Tomada de Perelman, a definição de noção confusa, tal como é utilizada por Pécora, cabe perfeitamente à análise dos termos *nação* e *nacionalismo*. Segundo Pécora, uma característica fundamental da noção confusa é a ausência de especificidade semântica. “É bem possível que o usuário saiba exatamente a que refere essa noção, quais os valores que a fundam e os motivos que oferece para concluir o que conclui”, diz Pécora. Entretanto, uma vez que esse tipo de noção “tem recebido os mais diversos empregos e recoberto instâncias tão genéricas quanto contraditórias”, sua menção não é, segundo o autor, suficiente para garantir a especificidade do argumento. Pelo contrário, é como se essas noções “constituíssem um vácuo semântico, que seria preenchido *ad hoc*, mas cuja aura permanece inabalável, intacta, inalterada por mãos humanas. Ou seja, esse valor consagrado que acompanha uma noção confusa do tipo da noção de *consciência*, esse discurso positivo ao qual se refere

No artigo "Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros", publicado na revista *Brasiliense*, de novembro/dezembro de 1955 (n.2, p.80-93), Caio Prado Jr. vê o *nacionalismo* como "uma bem definida e forte corrente de opinião pública". Talvez, já represente nesse momento – diz ele – "o mais caracterizado e consciente pensamento político brasileiro". E continua:

"Nesta confusão de idéias, neste clima de incertezas e hesitações que se observam no cenário da política brasileira atual, destaca-se o nacionalismo como um setor ideológico bem claro, nítido (...). Para comprovar a importância do movimento nacionalista, seria suficiente observar a reação contra êle desencadeada, e que revestindo-se das mais variadas feições que vão desde a luta aberta até as mais insidiosas manobras de bastidores e atos de sabotagem bem caracterizados, não descansa e insiste cada vez mais em seus propósitos.

(...) se por 'temperamental' se entende que o nacionalismo conta com o sentimento brasileiro, então o nosso nacionalismo é 'temperamental', como o são necessariamente todos os movimentos coletivos (...). Mas isso não exclui o conteúdo racional e científico das teses em que se apóia. (...) A campanha nacionalista já hoje se situa no plano da Independência e da campanha da Abolição."

independentemente do emprego que recebe, acaba favorecendo a sua utilização como uma espécie de argumento-coringa: presta-se à demonstração de qualquer tese, ainda que nada diga a seu respeito". Pécora afirma, ainda, que as noções confusas "indiciam um *lugar* favorável, não à construção de argumentos, mas à sua diluição em valores genéricos que nunca se dão a conhecer" (p.76-78).

Destacando que o chamado *nacionalismo* brasileiro, em favor do qual argumenta, não se confunde com a desconfiança ou o preconceito contra o estrangeiro, Caio Prado afirma, ainda, que

“como pensamento político, êle [o nacionalismo] exprime tão-sómente a consciência que adquiriu ponderável parcela da opinião pública brasileira, da situação dependente e subordinada em que se encontra o país com relação aos grandes centros capitalistas e financeiros do mundo contemporâneo.”

No dia 27 de agosto de 1954, o jornal *Correio da Manhã* publica, em primeira página, o que caracteriza como um “protesto da imprensa norte-americana”. Dá espaço a um editorial do jornal *The New York Times* que condena os ataques à embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, ocorridos após o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Segundo o editorial, “foi a mensagem do presidente Vargas [refere-se à carta-testamento], escrita antes de se suicidar, que precipitou os ataques. Mas o importante é que, para irromper em chamas, o sentimento anti-ianque já estava presente”. Mais adiante, o texto revela:

“Os motivos do antiianquismo na América Latina são complexos, mas a forma que assume se define com uma palavra: nacionalismo. Uma das razões que tornaram perigosa a mensagem de Vargas foi seu apêlo aos sentimentos nacionalistas.

O antiianquismo é sempre linha segura na América-Latina. Do ponto de vista político é perigoso ser ostensivamente pró-ianque.

Para complicar as coisas, os bolchevistas trepam no carro do nacionalismo.”

Já no texto “Como os Estados Unidos nos roubam”³, que integra a *Antologia Nacionalista* publicada no ano de 1958, o autor, Gondin da Fonseca, afirma:

“Sejam nacionalistas. O nacionalismo não é monopólio de partido algum. E nada o vincula ao comunismo – essencialmente internacionalista. (...)

Veja claro. Seja brasileiro e não ianque. Nem soviético nem ianque. Brasileiro. Bata-se pela paz.

O americano quer seu couro! Avilta a sua moeda. Valoriza demais o dólar diante do cruzeiro para você morrer de fome e roubar-lhe o petróleo na hora da agonia. Não ceda. (...) Ame o Brasil acima de tudo e lute pela paz.” (p.90)

Em outro texto presente na *Antologia*, que tem como título “O que é o nacionalismo”⁴, a autora, Adalgisa Nery, começa sua descrição por aquilo que o conceito negaria. Ser nacionalista não é, segundo a autora, ser

³ In: *Antologia Nacionalista: Brasileiros contra o Brasil*, v.1, ed. Fulgor, 1958.

⁴ *Idem*, p.3-28.

inimigo de qualquer povo, desejar a competição ou a guerra. Não é, ainda, ser inimigo da igreja, como estariam afirmando “alguns cândidos bispos utilizados por espertos entreguistas”. Estabelecido aquilo que *não é*, o nacionalismo seria, positivamente,

“amar e conhecer o que é nosso, ter consciência do valor intrínseco das nossas riquezas, (...) tratar dos nossos problemas de acordo com as nossas necessidades, sem deixar de respeitar os direitos dos outros povos. (...)”

Ser nacionalista é simplesmente ser brasileiro consciente e patriota. (...) Não importa que os tristes digam que somos nacionalistas porque somos comunistas. Eles sabem perfeitamente que isso não é uma verdade e sabem porque foi com o nacionalismo que conseguiram aglutinar fôrças, vontades e decisões que lhes deram a posição que hoje têm no panorama mundial (...). Nacionalismo não é só defender a Petrobrás e contentar-se com essa primeira conquista. Nacionalismo é uma seqüência de vitórias baseadas em lutas e sacrifícios, na hora presente, para a reversão em grandezas, para as futuras gerações.”

No prefácio dessa mesma *Antologia Nacionalista*, publicada, como dissemos, no ano de 1958, o *nacionalismo* já ganhava alguns contornos. Nele, Gabriel Passos procura definir o que é, precisamente, o *nacionalismo* ao qual a publicação se refere. Segundo o autor, no livro se encontram fragmentos “que compõem um sistema, definem uma

doutrina, dão corpo ao que se deve entender por Nacionalismo, concorrendo para dissipar a confusão um tanto ingênua entre ‘falso’ e ‘verdadeiro’ nacionalismo, entre nacionalismo e comunismo, entre nacionalismo e nativismo, entre nacionalismo e xenofobia e quejandas propositais misturas de conceitos”.

Continuando sua explicação, o autor contrapõe o *nacionalismo* ao que chama de cosmopolitismo, que, segundo ele, favoreceria a exploração econômica e o domínio político dos chamados países subdesenvolvidos pelos países mais fortes. Destaca que a “felicidade humana” e a “unidade ideal”, pregadas pelo cosmopolitismo, seriam impossibilitadas pelos “dois baluartes em pé de guerra permanente – a Rússia e os Estados Unidos –, ambos se arrogando o privilégio de salvar a humanidade e de interpretar-lhe os ideais e os anseios”.

Oposto ao cosmopolitismo, o *nacionalismo*, teria, segundo Passos, “objetivos mais singelos”:

“quer ‘salvar a humanidade’ também, mas começa pela humanidade que está dentro das fronteiras nacionais, organizando o país, sua economia e impulsionando sua cultura, para que o ‘nacional’ que os imperialistas e cosmopolitas chamam de ‘nativo’, tenha um padrão de vida mais elevado (...) e conte com uma cultura que marque sua individualidade e a discrimine no mundo.”

“Sentimento e idéia” de todos os que amam o Brasil, nacionais ou estrangeiros, de todos aqueles que “estão convictos da sua grandeza num futuro próximo”, o nacionalismo é enunciado como uma luta pela libertação econômica do país.

Passos explica, ainda, que o *nacionalismo* pode não significar uma restrição à iniciativa privada. Este argumento assume um caráter bastante positivo em seu prefácio, pois, nele, o Brasil é projetado como país que necessita da iniciativa privada para se desenvolver, “visto que temos um imenso território a ocupar, explorar, e fazer progredir”. Assim, o Brasil é delineado pelo autor, naquele momento, como “o país da iniciativa privada”,

“um país novo, rico de possibilidades, com uma população já numerosa [que] não se pode conformar com situações subalternas, [que] deve irrogar-se o papel dos povos que se discriminam no mundo por suas qualidades afirmativas”.

Alguns anos após a publicação da *Antologia*, mais precisamente em 1962, é publicado o livro *Estudos Nacionalistas*⁵. Seu autor, Osny Duarte Pereira, também traça uma genealogia entre Independência, Abolição, República e Nacionalismo – imagem que já apontamos antes, na fala de Caio Prado Jr.

⁵ *Estudos Nacionalistas: as cadeias do imperialismo no Brasil*. v.1. 2.ed. RJ, ed. Conquista

“A princípio – diz o autor –, quando ainda era total a ignorância nos meios intelectuais, apodava-se [nacionalismo] de atividade comunista. Agora, que milhares de católicos influentes e até prelados participam, (...) agora que institutos oficiais realizam cursos de esclarecimento, como ocorre com o ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros], a tática de apodar de comunistas essas atividades patrióticas, desmoralizou-se por completo.

Em realidade, desenvolve-se em todo o país um movimento popular que se assemelha às lutas pela libertação do jugo português, às lutas pela abolição da escravatura, às lutas pela instituição do regime republicano, lutas de que participavam também os magistrados.

O nacionalismo é a mais recente dessas campanhas que se coloca acima dos partidos, abrangendo a todos e que empolga não só o povo brasileiro, porém, todas as nações subdesenvolvidas do mundo.”

Formulações como as que acabamos de destacar propõem, nos anos 50 e 60, *nacionalismos*. E, como já havíamos dito, as vozes do PCB podem ser ouvidas em meio às diversas vozes que se cruzam na dinâmica de definição deste conceito. Na **Parte 2**, falaremos sobre as formas de manifestação dessas vozes, analisando-as. Por enquanto, fornecemos apenas algumas pistas de sua emergência no período.

O Programa aprovado pelo PCB em seu IV Congresso, ocorrido entre os dias 7 e 11 de novembro de 1954, caracteriza o Brasil como um país semifeudal, que teria tido seu desenvolvimento capitalista retardado por

séculos de submissão ao capital estrangeiro. No Informe do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do partido, publicado na revista *Problemas*, Luís Carlos Prestes narra uma história do Brasil que permite as conclusões então firmadas no Programa do partido.

A primeira data apontada por Prestes é o ano de 1822, quando o Brasil, tendo conquistado sua independência política, “não conseguiu no entanto libertar-se dos restos feudais e dos grandes latifúndios”, não conseguindo, assim, realizar “as tarefas da revolução burguesa”. A data seguinte é 1888. Utilizada como marco do fim da escravidão, que foi seguido pela queda da monarquia e da proclamação da República, esta data é apontada por Prestes, simultaneamente, como índice da permanência do “caráter semifeudal e semi-escravista da sociedade brasileira”. A partir de então, os governantes do país teriam apenas facilitado a entrada de capitais estrangeiros: o Brasil seguiria sob dupla opressão, “dos imperialistas e dos restos feudais”. Ainda assim, destaca, no século XX, o surgimento de uma indústria nacional e de uma burguesia brasileira que, fragilizadas, porém, pela dependência estrangeira, não teriam se transformado em impulso suficiente para o desenvolvimento capitalista do país.

E a última data apontada por Prestes para, só então, chegar às conclusões do Programa do Partido aprovado pelo IV Congresso é 1920. Segundo ele, é a partir desta data que a situação se agrava ainda mais, pois

o Brasil passa a sofrer a dominação do “mais agressivo dos imperialismos”, o norte-americano. Conclui, então, que, no ano de 1954, as principais contradições da sociedade brasileira são “as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da nação e, simultaneamente, os restos feudais ao povo brasileiro”. A revolução brasileira é, assim, definida como democrática, popular, agrária, antiimperialista e antifeudal, deslocando o Brasil do “campo da guerra” para o “campo da paz e do socialismo”.⁶

O Programa do Partido deixa claro, ainda, que “não ameaça” a “burguesia brasileira” e que deposita nos “camponeses” as grandes esperanças quanto à futura revolução. O caminho que aponta é, segundo Prestes, o da “salvação nacional”. O principal obstáculo a esta salvação – e o *único*, como define o também integrante do Comitê Central do Partido, Diógenes Arruda, ao dizer que “a única ameaça que pesa sobre o Brasil vem precisamente dos Estados Unidos”⁷ – seria o imperialismo norte-americano, relacionado à manutenção do Brasil como um país de economia semifeudal.

Nas palavras de Prestes,

“Para a luta pela emancipação nacional é possível mobilizar a maioria esmagadora da nação. Com exceção do reduzido grupo de serviçais do

⁶ Prestes, L.C. “Informe de balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do PCB”. Revista *Problemas*, n.64, dez. de 1954 - fev. de 1955, p.47-103.

⁷ Arruda, D. “O Programa do PCB: bandeira de luta e da vitória”. *Idem*. p.116.

imperialismo norte-americano, dos traidores da pátria, a todos os brasileiros interessa a independência do Brasil, defender as riquezas naturais do país da pilhagem dos monopolistas norte-americanos, denunciar os tratados lesivos assinados com o governo dos Estados Unidos, lutar contra a intervenção na vida do país pelos agentes de Washington”.⁸

É ainda Prestes quem, no texto de que falávamos, define o PCB como “o único continuador das grandes tradições de luta do povo brasileiro”, o partido que luta “pela democracia, pela independência nacional, pelo progresso do Brasil”.

Mais adiante, na **Parte 2**, falaremos sobre como essa *nação* que se constitui nos enunciados do PCB se relaciona a uma situação mais ampla, em que a política soviética, a Guerra Fria e, no plano nacional, o acontecimento da morte de Vargas integram nossa análise. Por enquanto, destacamos como também o PCB se particulariza – e se mistura – em meio a enunciados que propõem *nações* e *nacionalismos* na década de 50.

Destacamos ainda o fato de que a *nação* pecebista se constitui sempre em contraposição a um elemento “outro”, ao “estrangeiro”. Apontamos desde já esta característica, não como algo peculiar à *nação* pecebista, mas como elemento constitutivo do próprio conceito

⁸ Prestes, L.C. *Op. cit.*, p.74.

de *nação*. Para que possa haver *nação* é preciso que exista um “outro”. É este elemento “externo” que permite delimitar algo “interno” a que chamamos *nação*, pressupondo uma identidade nacional que, simultaneamente, inclui e exclui elementos, projetando limites para o *nacional*. Nesta dinâmica, “interior” e “exterior” são reversíveis, isto é, “eu” e “outro” são instâncias que se preenchem em interações social e temporalmente localizáveis⁹. Se, enunciado pelo PCB, o elemento “externo” (o “inimigo” em relação ao qual é possível falar de união *nacional* contra o estrangeiro e em prol do desenvolvimento da *nação*) é o “imperialismo norte-americano”, enunciado pela grande imprensa da época o “inimigo” se transforma justamente no elemento comunista (enquanto os norte-americanos figuram como participantes imprescindíveis do desenvolvimento a que a *nação* brasileira estaria fadada)¹⁰.

Nos enunciados citados anteriormente, temos a proposição – e construção – de *nacionalismos*. Entendemos que, neles, é possível observar como o conceito vai se materializando e ganhando contornos no momento mesmo em que é enunciado¹¹. Isto não significa que negamos a existência

⁹ A esse respeito, conferir os conceitos de sujeito e dialogia em Bakhtin (1992; 1995). Conferir, ainda, Benveniste (1976). Para este último autor, “eu” e “tu” são “formas vazias” do discurso, que só podem ser identificadas no interior da instância discursiva em que se assumem como tal. Segundo Benveniste, “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste” (p.286).

¹⁰ Na Parte 2, falaremos mais detalhadamente sobre como isto se dá no discurso do PCB, comparado ao discurso da imprensa.

¹¹ Acreditamos que isso ocorre tanto na dimensão teórica da prática do historiador quanto na prática política dos diversos partidos. Um exemplo disto é que termos como *nação* e *nacionalismo* emergem, como “noções confusas”, tanto em textos de autoria de um Caio Prado Jr. como naqueles de editoriais de jomais (que representam tendências políticas) ou em manifestos e artigos de partidos, como os do próprio PCB.

concreta dos *nacionalismos*. Por outro lado, fica claro, já a partir dos poucos enunciados aqui reproduzidos, que não podemos falar em *nacionalismo* como algo homogêneo. Não podemos, ainda, falar do *nacionalismo* como uma matriz a partir da qual teríamos variações, como uma realidade que ganharia tonalidades e contrastes diferenciados ao ser enunciada, já que, para isso, teríamos que assumir a existência de um *nacionalismo* em estado puro, que serviria de referência à análise de outras manifestações nacionalistas, vistas como variações.

Como, então, percebemos o *nacionalismo* neste estudo? Esta questão é de importância crucial para as análises que desenvolvemos na **Parte 2**, já que, ao respondê-la, estamos apontando o método através do qual aquelas análises se tomam possíveis. Como dissemos no início desta primeira parte, o *nacionalismo* se constitui como marcador de posições nos enunciados que circulam no período aqui focado. Fornece, assim, limites para um imaginário político pelo qual estaremos nos movimentando, ao mesmo tempo que se funda nas próprias teias desse imaginário¹². Da mesma forma, a *nação* que o PCB enuncia em seus projetos tem seus contornos estabelecidos dentro dos limites desse imaginário, ao mesmo tempo que,

¹² Entendemos a noção de imaginário como rede de sentidos fundante e, ao mesmo tempo, fundada pelo que se institui como realidade em um determinado momento. Para defini-la, remetemos a Castoriadis (1982). Segundo este autor, o imaginário é aquilo “que dá à funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele (...) suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa” (p.175). Mais adiante, falaremos um pouco sobre como o fator tempo se coloca dentro da perspectiva teórica aqui utilizada.

ela mesma, fornece traços que estabelecem limites para a política que se institui no período.

Vejamos, então, rapidamente, a posição de alguns autores em relação ao *nacionalismo* e à *nação*.

Quem abre o *Novo Dicionário Aurélio de língua portuguesa* (1986) encontra, para o vocábulo *nacionalismo*, as seguintes definições: “1. Exaltação do sentimento nacional; preferência marcante por tudo quanto é próprio da nação à qual se pertence; patriotismo. 2. Doutrina baseada neste sentimento e que subordina toda a política interna de um país ao desenvolvimento do poderio nacional. 3. Doutrina política que reivindica para um povo o direito de formar uma nação. 4. Política de nacionalização de todas as atividades dum país”.

Já aqueles que se propõem a procurar o termo *nacionalismo* em um outro dicionário, mais específico, como o *Dicionário de Política* organizado por N. Bobbio (1995), são informados que

“Em seu sentido mais abrangente o termo Nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional, que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva. O Estado nacional gera o Nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação, isto é, a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições.”

Segundo o responsável por este verbete, Lucio Levi, desde a Revolução Francesa, a *ideologia nacional*, pela difusão que alcançou, chegou a ser considerada como “a única a poder fornecer critérios para a formação de um Estado independente no sentido moderno”. Ao mesmo tempo – diz –, essa *ideologia* afirma que “um mundo onde haja ordem e paz poderá ter, como fundamento, unicamente uma organização internacional formada por nações soberanas”. Além dessa definição, Levi fornece uma outra. Esta última, que, segundo ele, é mais restrita que a anterior, evidencia “uma radicalização das idéias de unidade e independência da nação e é aplicada a um movimento político, o movimento nacionalista, que se julga o único e fiel intérprete do princípio nacional e o defensor exclusivo dos interesses nacionais”¹³.

Se a Revolução Francesa pode ser tomada como marco para um mundo desenhado por fronteiras *nacionais*, é preciso lembrar que, imbricado às revoluções e revoltas dos séculos XVIII e XIX, o Romantismo é também um elemento a ser considerado na percepção de *nação* que passa a predominar. Segundo J. Guinsburg (1993), o Romantismo foi um dos reagentes importantes na formação das idéias de nacionalidade e dos nacionalismos modernos. N. Falbel (1993), por sua vez, destaca que tanto o nacionalismo como os movimentos sociais que

¹³ Levi, L. *Nacionalismo*. In: Bobbio, N.; Matteucci, N. e Pasquino, G. (1995). p. 799.

se dinamizam a partir da Revolução Francesa incorporam e, ao mesmo tempo, geram o espírito romântico¹⁴.

Ao definir Romantismo, Guinsburg afirma que este movimento se apresenta envolto em “buscas que estão à frente ou atrás, dentro ou fora, mas sempre ‘além’ do atual, jamais precisamente aqui e agora, distinguindo-se inclusive pela tensão e dinamismo em seu ‘estar-aí’, dionisíaco por natureza, em devir constante, sem nunca ser definitivamente” (*op. cit.*, p.16).

Fazemos, aqui, uma relação inicial entre conceitos de *nação* que flagramos nos anos 50 deste século, no Brasil, e esta compreensão do Romantismo, enunciada por Guinsburg. Uma característica comum a estas *nações* é a de que jamais coincidem inteiramente com o presente que as enuncia. Isto é, a *nação* é formulada como tradição a ser resgatada, como identidade ameaçada (que se esfacela e que, para preservar-se, apela à preservação de valores tradicionais). É formulada, ainda, como algo incompleto: como um vir-a-ser ou como um destino a ser alcançado. As diferentes combinações destes elementos nos dão *nações* diversas (e que, portanto, se dão *passados* e apontam para *futuros* que não coincidem entre si). Às diferenças entre as *nações* enunciadas, que abordaremos na **Parte 2**,

¹⁴ Falbel destaca, por exemplo, o fato de que, a partir de então, fronteiras territoriais e lingüísticas passam a coincidir na determinação de uma *nação*. Remete, neste aspecto, ao nacionalismo alemão, representado por Herder, que percebe a língua como repositório cultural de um povo e afirma que as diferenças lingüísticas refletem diferentes experiências dos povos. Falbel destaca, ainda, na literatura do século XIX, a identificação de conceitos como república, pátria, *nação* e Estado, apontando, em Rousseau, uma ênfase ao patriotismo republicano que identifica a Revolução com a *nação*.

somamos, entretanto, esta característica comum: como no Romantismo definido por Guinsburg, a *nação* se constrói para além do atual.

É seguindo um argumento semelhante que um outro autor, J. Gil, afirma que o *discurso nacionalista* implica sempre em uma abertura para a história. Gil percebe o conceito de *nação* como um importante operador do discurso político moderno. “Se não é possível subsumir sob este conceito uma tal forma de coesão social, tal modo de organização política (num tempo histórico e num espaço precisos), tais solidariedades comunitárias, ela pode, em contrapartida, servir para legitimar estas coesões, organizações, solidariedades – sejam elas quais forem”, diz.

É o *discurso nacionalista* que, segundo o autor, transforma a *nação* em história, imprimindo temporalidade ao conceito. Nele, a história vivida (“em que os homens agem”) seria transformada em mito, atribuindo-se um sentido ao tempo histórico, que é, assim, remodelado: “o passado transforma-se na história, ou melhor, na pré-história sagrada da *nação*; e o presente e o futuro, nas suas criações contínuas”.

Afirma, ainda, que o *nacionalismo* “reflete o caos da própria história”. Movediço, alterando-se segundo modelos imprevisíveis, é “multiforme, desordenado, obscuro, irredutível a denominadores comuns”¹⁵.

¹⁵ Gil, J. *Nação*. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14 (Estado-Guerra); Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989. p.276-305.

Poderíamos exemplificar esta definição de J. Gil com os enunciados já reproduzidos e que recorrem, diversamente, a uma cronologia passada (rememorando marcos como Independência, Abolição e República) para apontar um “sentido” para a história nacional. Nos casos citados, esta história se dirige à independência e à soberania nacional por meio de um *nacionalismo* que acumula tradições anteriores.

Acreditamos que a “abertura para a história” de que fala Gil implica em (re)significar constantemente a *história nacional*. Passado, presente e futuro fariam parte, assim, de uma dinâmica histórica que os desloca, silencia e reconstitui como *tradição* e como *futuridade*. Isto ocorre na medida em que a temporalidade histórica é mobilizada em relação à *nação*. E esta última, como a própria história, não admite formas fixas.

Em obra que tem como centro de suas preocupações o par *nação / nacionalismo*, Benedict Anderson (1991) propõe, por sua vez, que a *nação* seja compreendida como uma comunidade imaginada. Vista, ao mesmo tempo, como fatalidade histórica e como comunidade imaginada através da língua, a *nação* se apresenta, segundo o autor, como, simultaneamente, aberta e fechada, limitada e soberana. “É imaginada – explica – porque a maioria dos membros até da menor das nações nunca conhecerá a maioria de seus companheiros, nunca os encontrará e nem mesmo ouvirá falar deles, ainda assim, nas mentes de cada um, vive a imagem de sua

comunhão”¹⁶. Imaginada não significa, assim, para o autor, “falsa” ou “fabricada”. O termo deve, segundo ele, ser assimilado às idéias de “imaginação” e de “criação”.

De acordo com Anderson, o estatuto paradoxal da *nação* coloca algumas dificuldades para seus teóricos. Os principais paradoxos apontados são: (1) a objetiva modernidade das nações aos olhos dos historiadores, em oposição à sua subjetiva antigüidade aos olhos dos nacionalistas; (2) a universalidade formal da nacionalidade como conceito sócio-cultural, em oposição à irremediável particularidade de suas manifestações concretas; e (3) o poder político dos nacionalismos, em oposição a sua pobreza filosófica e até incoerência.

Para o autor, parte da dificuldade de compreensão do par *nação/nacionalismo* está na tendência de se admitir a existência de um “Nacionalismo-com-letra-maiúscula” e, então, classificá-lo como uma ideologia. Anderson propõe, como já dissemos, uma definição da *nação* como comunidade imaginada, assimilando o *nacionalismo* a conceitos como religião e parentesco, ao invés de agrupá-lo junto a conceitos tais quais liberalismo e fascismo.

Já Hobsbawn (1990) nos diz que, para abordar a “questão nacional”, é preciso partir do conceito de *nação* – e, portanto, do

¹⁶ “It is *imagined* because most of the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion”(p.5).

nacionalismo – e não de uma realidade que ele representaria. Essa abordagem, segundo o próprio autor, “concede atenção particular às mudanças e às transformações do conceito [de nação]”. E conceitos, segundo define, “não são parte de discursos filosóficos flutuantes, mas são histórica, social e localmente enraizados e, portanto, devem ser explicados em termos dessas realidades” (p.18).

Assim, dentro da escala de objetivos colocados por Hobsbawn em sua análise, o *nacionalismo* vem antes das *nações*. “As nações não formam os Estados e os nacionalismos e sim o oposto”, reforça. Na formação da *nação*, enfatiza elementos de artefato, invenção e engenharia social.

E, ao colocar o *nacionalismo* no centro dos questionamentos da pesquisa, propõe que questionemos “o que significavam os *slogans* nacionais em política e se eles significavam a mesma coisa para diferentes eleitorados sociais; como tais *slogans* mudaram e em que circunstâncias eles combinavam ou eram incompatíveis com os outros *slogans* que poderiam mobilizar a coletividade de cidadãos, e como eles conseguiram, ou não, realizar essa mobilização” (p.133).

Em nosso estudo, buscamos, sim, diferenciar o significado de *slogans* nacionais – e do próprio *nacionalismo* – nos enunciados em que aparecem. Entendemos que, desse modo, colocamos em questão o estatuto do próprio conceito.

Nesta perspectiva, o objeto construído pela análise deixa, no entanto, de ter os contornos de uma história das nações ou do nacionalismo *através dos tempos*¹⁷. É o próprio conceito de *nação*, por exemplo, que funda um tempo. Não vemos, portanto, um mesmo conceito se transformando e realizando seu percurso através da história, mas histórias que têm como objeto a própria temporalidade instaurada pela emergência particular de um conceito como o de *nação*.

O objeto da análise deixa de ser uma *realidade* que seria *representada* pelo conceito, passando a ser percebido como *realidade instituída e materializada* pelo conceito, isto é, pelo acontecimento de sua emergência em enunciados específicos.

Concordamos, assim, com M. Foucault (1986), quando propõe que a história de um conceito seja escrita como a história “de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração” (p.5). Nosso estudo procura, desse modo, desvincular-se de uma percepção da história como continuidade, em que a análise de conceitos como os de *nação* e *nacionalismo* serve à busca de unidades que,

¹⁷ É esta percepção, à qual nos contrapomos, que, acreditamos, sustenta o estudo de Hobsbawn. Já no título de seu estudo, temos um exemplo disso: “Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade”. Assim, ao mesmo tempo que concordamos com esse autor quanto ao fato de que estes conceitos não devem ser tomados como dados, contrapomo-nos a ele na medida em que entendemos que não devem, também, ser questionados “através dos tempos” ou desde um momento que seria o de sua “origem”. Na perspectiva teórica aqui utilizada, os conceitos de *nação* e *nacionalismo* são, pelo contrário, percebidos como noções que, ao serem enunciadas, instauram um tempo, instituem uma história.

enunciadas, revelariam sua origem e/ou aquilo que estaria oculto sob sua aparição, repondo, desse modo, um *continuum* histórico que existiria para além da construção e dos recortes efetivados pelo analista.

Nos enunciados que compõem nosso objeto de análise, buscamos, como já dissemos, a dinâmica de constituição desses conceitos. Isso significa que não vemos os enunciados aqui reproduzidos como formulações em que uma *nação* oculta ou originária se revelaria. Nosso trabalho não é, pois, o de “revelar” ou interpretar uma *nação* existente *sob* as manifestações do conceito em um tempo histórico dado. Realizamos o movimento oposto: nos enunciados aqui agrupados, procuramos compreender os movimentos de constituição dessa *nação*, seus limites, seus contornos possíveis no momento histórico que por ora nos interessa.

Como propõe Foucault (1986), os conceitos que circulam nos discursos, assim como os objetos do discurso, não devem ser tomados como unidades naturais. Utilizando a doença mental como exemplo, o autor afirma que ela não pode ser percebida como objeto cuja existência independe dos enunciados em que emerge. Ao contrário,

“a doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente,

emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus.” (p.37)

É assim que compreendemos a emergência dos conceitos de *nação* e *nacionalismo* nos enunciados aqui analisados. A *nação* que o PCB projeta é um acontecimento “novo”, no sentido de que emerge em um período histórico específico e em relação a um conjunto de enunciados possíveis que, por sua vez, vão tecendo o que se caracteriza como o domínio do político no momento e nas circunstâncias às quais nos voltamos. É, ao mesmo tempo, a memória de sua utilização em enunciados que ecoam de outros momentos, e aos quais se relaciona de maneiras diversas: as *nações* projetadas nos anos 50 retomam outras *nações*, dialogam com elas, deslocando sentidos, permitindo permanências, rompendo com algumas de suas possibilidades de existência.

Assim, pudemos apontar, nos conceitos de *nação* aos quais nos voltamos, uma memória de formulações que podem ser vistas como tipicamente românticas, remetendo, portanto, aos séculos XVIII e XIX. Podemos, ainda, apontar na *nação* pecebista, mais especificamente, uma reposição de afirmações pautadas pela Terceira Internacional Comunista¹⁸, que tem origem no ano de 1919 e que, por sua vez, define

¹⁸ Também denominada apenas Internacional Comunista ou Comintern.

o fenômeno *nacional* mesclando-se a discursos “outros”, que podem ser remetidos, também eles, às revoluções (agora também à Revolução Russa) e ao próprio movimento Romântico¹⁹. Chamamos a atenção para os termos utilizados: “memória”, “reposição”. Diferentemente de uma “repetição” (em que a história estaria fadada à preservação de estruturas anteriores ou a um movimento rumo ao já-determinado), inserimos este referir contínuo no interior da dinâmica entre permanência e novidade, sobrepondo à tradição a possibilidade de, repetindo-a, transformá-la.

Como destaca Pêcheux (1997),

“não se trata de apreender aqui que todo discurso seria um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, **só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos**: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que **ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho** (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) **de deslocamento no seu espaço**” (p.56, grifos nossos).

¹⁹ Na Parte 2, no momento em que analisamos mais especificamente a *nação* projetada pelo PCB nos anos 50, abordamos de modo mais incisivo esta relação com as afirmações e projeções da Terceira Internacional Comunista e da política soviética como um todo.

Para exemplificar: se o Brasil é caracterizado pelo PCB como país de economia semifeudal em momentos diferentes (por exemplo, nos anos 30 e no início dos anos 50), e se esta afirmação “repete” enunciados da Terceira Internacional, não basta, segundo acreditamos, constatar este fato. Ao contrário, pensamos que uma abordagem que se preocupe com a historicidade de suas análises deve ter como preocupação central a dinâmica histórica que permite que a caracterização da economia brasileira como “semifeudal” em 30 e em 50 possa ser tomada como dois “acontecimentos” historicamente diversos (ainda que intrinsecamente relacionados); dinâmica esta que permite, ainda, que um mesmo enunciado da Terceira Internacional, “repetido” no Brasil, na China ou no México, assuma significações diversas, passando a ser constituído por vozes, cores e tempos peculiares à sua enunciação (ainda que esta enunciação não deixe de ser constituída por inúmeros fragmentos do já-enunciado).

Encontramos, nas palavras de Foucault (1986), uma imagem que expõe com clareza esta perspectiva teórica. Em sua definição de *enunciado*, o autor fala desse jogo entre permanência e novidade, em que a emergência de um conceito (ou de um enunciado, nesta formulação) é um acontecimento que, ao mesmo tempo, irrompe como novidade e como memória, como ruptura e como permanência.

“Um enunciado – diz – é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente [1] porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita, à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória (...); em seguida, [2] porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, [3] porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.” (p.32)

Permanência e ruptura, novidade na repetição. Nesta dinâmica, vemos o conceito de *nação* se constituindo. Vemos, ainda, um movimento em que o *nacionalismo* difuso vai ganhando limites, definições, contornos móveis e frágeis, porém concretos: a concretude movediça da história.

Até o momento, expusemos algumas possibilidades de compreensão dos conceitos de *nação* e *nacionalismo*, propondo um modo de entendê-los. Começamos, portanto, a informar nosso próprio trajeto: o percurso de realização deste estudo, pelo qual vamos estabelecendo, para nós mesmos, o lugar de onde, na história, compreendemos história, fazemos história.

Constitui-se, nesse percurso, uma arquitetura das relações entre analista e objeto analisado.

Referindo-se a essas relações e a seu próprio percurso, como pesquisador, J. W. Galdi (1991) diz:

“Homens, nascidos na história e constrangidos pela história, vamos construindo soluções (que a cada vez não se querem paliativas), conscientes de que o que se vai tecendo, a pouco e pouco, em cada ponto, em cada nó, é uma resposta marcada pela eleição de postos de observação possíveis que somente uma sociologia do conhecimento e uma história do conhecimento poderão explicar. Navegantes, navegar é preciso viver. Nossos roteiros de viagem dirão de nós o que fomos: de qualquer forma estamos sempre definindo rotas – os focos de nossas compreensões.” (p.4)

Nessa definição de “focos de compreensão”, situamo-nos em nossa relação com o objeto de análise que construímos e que, ao mesmo tempo, nos constitui enquanto analistas.

É sobre isso que passaremos a falar agora, continuando a informar nosso trajeto e, portanto, o percurso metodológico deste estudo.

1.2. HISTÓRIA NA HISTÓRIA: O TRABALHO DO HISTORIADOR NA DINÂMICA ENTRE ESTABILIZAÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO

Para falar da construção do objeto de análise deste estudo e, assim, do encaminhamento das análises realizadas, é preciso, antes, falar um pouco sobre como compreendemos o trabalho do historiador. Para tanto, lançamos mão de duas imagens que passam a auxiliar nossa reflexão.

Em uma primeira imagem, vemos o historiador como **leitor**²⁰. Neste momento, interessa-nos o trabalho do historiador enquanto aquele que seleciona as fontes, lê, recorta o material e constrói seu objeto de análise, definindo seus contornos.

A segunda imagem à qual recorreremos é a do historiador como **produtor de textos**. Aqui, estamos atentos ao trabalho do historiador como aquele que produz um texto a partir das leituras realizadas; aquele que, dessa forma, produz memória.

Recorremos à separação entre leitura e escrita apenas no sentido de facilitar nossa problematização. É importante ter em mente, entretanto, que essas duas operações não ocorrem separadamente.

²⁰ A inspiração para este uso da imagem do historiador como *leitor* deve-se às reflexões desenvolvidas por Corrêa (1994a). Em seu estudo, o autor analisa, comparativamente, as práticas de produção e leitura do texto no trabalho do jornalista, do historiador e do lingüista. A ele, devemos a inspiração sem, é claro, responsabilizá-lo pelo que aqui desenvolvemos.

Antes de iniciarmos efetivamente a reflexão a que nos propomos, é preciso assumir seu lugar neste estudo. Propondo-nos a pensar o trabalho do historiador, pensamos também a linguagem. Para nós, duas questões inseparáveis. Como pensar a produção historiográfica e os movimentos da memória sem refletir sobre o estatuto lingüístico desta produção?²¹ Recorremos, assim, ao campo da Lingüística, direcionando, entretanto, nossas reflexões e propostas para o campo da História. Isto significa que, embora tenhamos o primeiro como imprescindível à problematização aqui desenvolvida, é para os trabalhos que se situam no segundo – para a História como disciplina, portanto – que pensamos poder oferecer nossa contribuição.

Dito isto – e assumida, desde já, uma perspectiva, um “foco de compreensão” possível –, não entendemos a linguagem como um instrumento ou como um leque de signos de que dispomos para elaborar, seguras as rédeas, interpretações e compreensões do mundo em que vivemos. Não é esta concepção de linguagem, em que o sujeito concentra em suas mãos o poder (de utilização do código, de representação do mundo, de instrumentalização das palavras), que sustenta nosso estudo.

Não é, também, uma concepção da linguagem como representação direta de estruturas sociais que a determinariam – definindo suas

²¹ Materialidade lingüística e materialidade histórica estão, de nosso ponto de vista, imbricadas de tal modo que se torna impossível desconsiderar a primeira sem comprometer a própria historicidade do trabalho realizado. É necessário, portanto, levar em conta que linguagem e história se materializam dentro de uma mesma dinâmica de sentido, em que, indissociáveis, significam e são significadas; formam, transformam e são transformadas na e pela sociedade na qual esta dinâmica se presentifica.

“utilizações” possíveis – que circula em nosso trabalho. Não é uma linguagem *determinada*, em que o sujeito tem seu lugar preestabelecido e definido pela estrutura social em que se encontra, reproduzindo-a em suas falas, que sustenta nossas reflexões.

Partimos de uma perspectiva em que a linguagem é compreendida como dialogicamente constituída.²² É assim, como lugar de *interlocução*, que a compreendemos.²³ Na linguagem, o sujeito se constitui. Nos limites da história (de seu tempo, da estrutura social na qual se insere), tem constituídos seus próprios limites. Ao mesmo tempo, e também na linguagem, atua sobre os limites históricos que o constituem, projetando-se para além desses limites. Nas palavras de Geraldi (1991),

“A historicidade da linguagem afasta, ao mesmo tempo, dois mitos: aquele da univocidade absoluta, identificável com o sonho da transparência, e aquele da indeterminação absoluta em que não seria possível atribuir qualquer significação fora de seu contexto. Entre os dois extremos está o trabalho dos sujeitos como atividade constitutiva.” (p.15)

²² Utilizamos a noção de dialogia do modo como a propõe Bakhtin (1992). Para este autor, “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (p.123). Dialogicamente, linguagem e sujeito se constituem. Nas interações verbais, fundam-se sujeitos, materializa-se a linguagem como enunciação.

²³ Estamos entendendo *interlocução* e, ainda, *interação verbal* como aquelas que se dão em um único e mesmo enunciado. Essas noções não implicam, portanto, sentidos ou lugares fixos para os sujeitos.

Visto desta perspectiva, o historiador, como sujeito social, produz uma narrativa que é, também, produto social. Mas um produto que cria, que dialoga incessantemente com outros tempos, sujeitos e projetos. Essa narrativa, que cria – e transforma –, é constituída pela memória de outros tempos, pela memória que constitui seu sujeito-autor e é, também, produtora de memórias, de projetos, de sentidos.²⁴

O CAMINHO DAS “FONTES”: LENDO HISTÓRIAS POSSÍVEIS

Para problematizar esta produção, voltemos à imagem invocada no início deste item: é do **historiador-leitor** que passaremos a falar agora.

Debruçado sobre suas fontes, o historiador percorre elementos que devem compor *sua história*. Em outros textos, em uma matéria lingüística datada, no “documento”, busca o *seu texto*, isto é, a possibilidade de, no seu tempo presente de analista, produzir história a partir de um diálogo com as fontes. Este processo consiste em recortes, exclusões e hierarquização de um material que vai, assim, compondo o objeto a ser analisado.

²⁴ Abordamos esta questão em Biroli (1997).

A problematização desta *leitura* envolve, entre outras, a seguinte questão: como destacar, das fontes selecionadas (tomadas como material empírico), o objeto de análise (construção metodológica)? Com ela, movimentamos também as questões que se colocam em torno de temas, objetos de discurso, conceitos e “verdades” que circulam pelos enunciados que compõem o objeto analisado. Quanto a estas últimas questões, consideramo-nas em parte respondidas já no item anterior, quando propusemos um modo de compreender os conceitos de *nação* e *nacionalismo*.

Concordamos com Corrêa (1994a), quando alerta para o fato de que, na prática do historiador, como na do jornalista, há a busca da objetividade pelo recurso do que chama “efeito de referencialização”:

“Sabemos que é o olhar do especialista que deve nortear a aproximação de um historiador em relação ao objeto que estuda. Não raro, porém, deparamos, em livros didáticos de História, com produtos de leituras que são meras constatações, fatos tratados como notícias de manchete, extraídas das mais diversas fontes, muitas vezes nem ao menos satisfatoriamente esclarecidas. (...) por ocasião da construção da referência (agora pela leitura), domina o que desta feita poderíamos chamar busca da referencialização pela interpretação fiel dos documentos. Do mesmo modo que o jornalista buscaria ‘o puro *em si* da coisa’, estaríamos, no domínio da produção do conhecimento histórico, diante da busca do ‘puro *em si* do documento’”. (p.135)

Procurando responder às questões levantadas, deixamos, pois, de lado a busca da “pureza” documental, em que a leitura das fontes representaria a possibilidade de um encontro com a *história* ali preservada. Negar essa perspectiva significa, em primeiro lugar, lançar um outro olhar sobre os textos-fonte; desestabilizá-los e assumir, como analista, os limites impostos ao objeto de análise.

Nesta primeira observação, estabelecemos, portanto, uma diferenciação entre as fontes como material empírico e o objeto de análise como construção metodológica do analista, no caso, do historiador. É ele que, a partir de seu “foco de compreensão”, constitui seu objeto de estudo. Este “foco” pode ser entendido como sua proposta de trabalho, a hipótese que o encaminha, mas, também, como o lugar que ocupa enquanto analista, isto é, seu lugar social e o momento histórico do qual se lança a um diálogo com o passado.

Assim, nos contornos do objeto analisado, temos: (1) possibilidades que se inscrevem desde o momento da produção dos textos que o compõem e, assim, as marcas de sua enunciação – do presente de sua produção, que, não coincidindo consigo mesmo, tem em si possibilidades de leituras futuras. Estamos falando, portanto, das condições de produção dos textos que compõem o objeto de estudo e, também, de sua futuridade. Das diversas vozes que, neles, dialogam, mas também da sobreposição de umas a outras e da exclusão de tantas delas. Temos, ainda, materializadas

nos contornos desse objeto, (2) possibilidades que se relacionam ao presente do analista. Entendemos, assim, que o objeto de análise tem seus limites constituídos também pelo momento histórico e pela estrutura social na qual o analista se insere e, portanto, pelo presente da análise.

Assumimos a historicidade de um objeto que, tal qual na concepção de linguagem aqui assumida, só se constitui dialogicamente. No tempo presente de produção dos enunciados que o compõem, diálogo entre diversas vozes, conflito, sobreposição e convivência de temporalidades diversas. Do presente do analista, um diálogo com as vozes de seu tempo: vozes que instituem, de maneira particular, diálogos possíveis entre o tempo presente da análise e o tempo de produção do texto analisado. Assumimos, portanto, o objeto de análise como um produto de diálogos possíveis entre tempos e projetos diferentes, que nele se cruzam.

Desfeita uma suposta homogeneidade do objeto, resta vê-lo em sua materialidade: uma multiplicidade de vozes que, nele, se degladiam; uma diversidade de séries temporais em que sua historicidade se funda. Nesse processo, desfaz-se também a possibilidade de a análise restaurar uma continuidade histórica que existiria para além do trabalho do historiador, uma linearidade que superpõe, às possibilidades de mudança, a permanência de seu avançar contínuo rumo a um futuro.

Renunciando à homogeneidade como característica do objeto estudado e à linearidade histórica como aquilo que sustentaria a análise do objeto (recompondo-se, *ad eternum*, para além dela),

“É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância”.²⁵

É preciso, portanto, remeter a análise, não apenas ao tempo de produção dos enunciados que compõem o objeto estudado, mas à sua temporalidade enquanto dispersão, isto é, enquanto dinâmica entre séries temporais diversas que se cruzam nesses enunciados e que, ao mesmo tempo, projetam-nos para além do tempo presente de sua produção.

Recorrendo novamente a Corrêa, não basta

“que se proceda à leitura de um texto atendo-se apenas à simples localização – no próprio texto – de marcas enunciativas e de sua instanciação por atores concretos situados num dado período histórico. Um tal procedimento teria justamente o efeito de apagar o que

²⁵ Foucault (1986), p.28.

chamamos de elementos de futuridade do texto, já que o leitor acabaria por tomar as várias marcas enunciativas apenas em sua positividade – simplesmente como registros de enunciadores concretos –, baseando-se numa suposta garantia da localização temporal desses enunciadores. Mas, segundo o que pensamos, as formas abertas da enunciação não registram apenas a individualidade histórica de um enunciador concreto. Mais do que isso, essas marcas enunciativas podem ser vistas como formas históricas do dizer que promovem, na linguagem, instanciações em bloco, coletivas. Por meio delas, enunciadores concretos particulares instanciam-se também, para além de si mesmos e de seu momento presente, como figuras discursivas, que, submersas à consciência e ao tempo de seus enunciadores, deixam-se petrificar na linguagem para ganharem futuridade e serem vistas ora sob a naturalidade das pedras, ora como formas históricas, ou seja, ora no indiferenciado aspecto coletivo de seu estado rochoso, ora na paradoxal singularidade histórica das esculturas, estas que, ao serem elas mesmas, são também todos quantos nelas estão de alguma forma representados”. (*op. cit.*, p.135)

Até o momento, apontamos algumas questões que envolvem o trabalho do historiador – mais especificamente, do historiador enquanto **leitor**. Feitos esses apontamentos, passamos a uma outra problematização, que não pode ser dissociada da anterior. Passamos a falar, agora, do historiador enquanto **produtor de textos**.

RETRATANDO E (RE)SIGNIFICANDO O POSSÍVEL:

TEMPOS DA HISTÓRIA

Como havíamos adiantado, recorrendo a esta segunda imagem, estamos atentos ao trabalho do historiador como aquele que produz um texto a partir das leituras realizadas. Aquele que, dessa forma, produz memória.

Assim como na produção de uma leitura, a produção da narrativa historiográfica também se move entre dois planos: um primeiro, em que o analista, ancorado em uma proposta metodológica e uma hipótese de trabalho, procura impor limites ao seu objeto de estudo; e um segundo, em que predomina a dinâmica presente nos enunciados que estuda. O analista, simultaneamente, impõe limites metodológicos ao objeto e constitui a historicidade desse objeto. Nessa relação, temos um movimento **estabilizador** (busca de estabelecer contornos nítidos à “história que se lê”, para que a “história que se narra” obedeça à vontade de ordenação do analista) e, ao mesmo tempo, um movimento **desestabilizador** (ao reconhecer, nos enunciados que analisa, uma multiplicidade de vozes e uma dispersão temporal, o analista se insere em um plano em que, ele mesmo, é

parte da dinâmica histórica que materializa seu objeto: deixa de ter, sobre ele, as vantagens do “criador”).

Nesse diálogo entre dois planos – em que estabilidade e instabilidade se alternam –, situamos o trabalho do historiador como **leitor**, apontando, portanto, uma “conclusão” provisória para o que desenvolvemos até aqui. Nele, localizamos também o trabalho do historiador como **produtor de textos**. Lembramos, mais uma vez, que consideramos a leitura e a produção de textos como processos indissociáveis. Tratá-los como dois “momentos” no trabalho historiográfico, como vimos fazendo, é apenas uma forma de organizar nossa exposição.

Para problematizar esta produção, mantendo-nos dentro da dinâmica estabilização-desestabilização, recorreremos a elementos teóricos presentes na obra de Mikhail Bakhtin.

Na produção de sua narrativa (ocupado, pois, em “narrar sua história”), vemos o historiador envolvido em dois processos, que aqui dissociamos apenas para efeito didático-metodológico. Em um plano, constrói, em sua narrativa, um **retrato** do momento histórico ao qual se volta. Em outro, constrói esse mesmo momento histórico, objeto de sua narrativa, como **(re)significação**.

Como vínhamos dizendo, o historiador se lança à aventura de “narrar um tempo”, sem, é claro, estar fora do tempo. Procura, pois, atribuir limites a um fluxo histórico do qual não se ausenta: história na história.

No desenvolvimento desta reflexão, apoiamo-nos na concepção de *sujeito* corrente em Bakhtin. Em suas obras, encontramos um *sujeito* que, tal qual nosso historiador, tem seus limites constituídos pelo momento histórico em que vive. Constituído por esses limites, é também deles constitutivo: atua sobre os limites históricos que o constituem, produz, lança-se para além desses limites²⁶.

Para Bakhtin, o *sujeito* se constitui enquanto sujeito de duas atividades (complementares e simultâneas, indissociáveis): denomina essas atividades de *estética* e *ética*. Ainda há pouco, situamos a produção narrativa do historiador em dois planos: retrato e (re)significação. Para explicar melhor o que entendemos pela atividade de *retratar* e *(re)significar* o passado, recorreremos às atividades do sujeito em seu esforço de compreender o mundo em que vive, tal como são descritas por Bakhtin.

A atividade estética é, segundo Bakhtin (1992), aquela

“que reúne o mundo disperso em seu sentido e o condensa numa imagem concluída e autônoma, encontra para o efêmero do mundo (em seu presente, em seu passado, em sua atualidade) um equivalente emocional que o reanima e o preserva, encontra a posição de valores a partir da qual o efêmero do mundo adquire seu peso de valores no

²⁶ Pensamos a noção de sujeito a partir de duas obras de Bakhtin (1992; 1995)

nível do acontecimento, recebe um significado e uma determinação estável. O ato estético engendra a existência num novo plano de valores do mundo; nasce um novo homem e um novo contexto de valores – um novo plano de pensamento do homem sobre o mundo”. (p.205)

De acordo com a teoria bakhtiniana, essa percepção que “reúne o mundo disperso em seu sentido” só é possível em relação a um outro. Isto é, o sujeito da atividade (estética) não pode efetuar-la em relação a si mesmo, já que não possui, de si, o *excedente de visão* que torna possível uma percepção estética do outro. Nas palavras do autor,

“O excedente de minha visão contém em germe a forma acabada do outro, cujo desabrochar requer que eu lhe complete o horizonte sem lhe tirar a originalidade. Devo identificar-me com o outro e ver o mundo através de seu sistema de valores, tal como ele o vê; devo colocar-me em seu lugar, e depois, de volta ao meu lugar, completar seu horizonte com tudo o que se descobre do lugar que ocupo, fora dele; devo emoldurá-lo, criar-lhe um ambiente que o acabe, mediante o excedente de minha visão, de meu saber, de meu desejo e de meu sentimento”. (*op.cit.*, p.45)

Entendemos que, ao narrar um passado, o historiador efetua uma *atividade estética*. Percebendo-o como um “tempo outro”, do qual possui um *excedente de visão*²⁷, produz dele um **retrato**. E produzi-lo implica, então, em definir os contornos do momento histórico narrado, determinar seus horizontes, fixar sentidos. Completando-o, torna-o estável (ainda que apenas momentaneamente), lançando-o a “um novo plano de valores do mundo”, um “novo plano de pensamento do homem sobre o mundo”.

Esse *retratar* envolve: (1) um movimento em direção à estabilização. Nele, portanto, temos uma tendência à fixação do tempo narrado, transformando sua fluidez e sua dispersão em um quadro momentaneamente estável. Envolve, ainda, (2) um diálogo entre dois tempos: o tempo de produção da narrativa, de onde o **retrato** é elaborado, e o tempo “de que se fala”. O **retrato** produzido é, sempre, *um* retrato possível a partir desse diálogo. Estão em jogo, nessa estabilização, (a) a visibilidade que o tempo narrado assume diante dos olhos daquele que narra – o excedente de visão possível –; e (b) a futuridade dos enunciados aos quais o analista se lança, em busca de elementos que, no presente de sua narrativa, transformam-se em retrato-presente-de-um-passado.

²⁷ Podemos compreender o *excedente de visão*, positivamente, como o espaço de tempo cronológico que separa o historiador do passado que ele narra, mas, não positivamente, como as séries temporais que se cruzam e que, dispersas, constituem a relação entre o tempo presente do historiador e o passado ao qual ele se volta. O distanciamento temporal que possibilita o *excedente de visão* excede, portanto, a noção de tempo cronológico.

Como havíamos dito, a narrativa historiográfica se realiza em dois planos: como **retrato** e como **(re)significação**. Até agora, focamos o processo em que, nela, constitui-se um **retrato** do momento histórico narrado (uma estabilização momentânea). Esse processo foi assimilado à definição de *atividade estética* do sujeito, tal qual é concebida por Bakhtin. É importante, entretanto, não dissociá-lo do que chamamos de **(re)significação**, já que esses dois momentos não ocorrem separadamente. Ao retratar um tempo “outro”, produzindo-o com o “acabamento” que o *excedente de visão* nos permite, produzimos, simultaneamente, valores que lhe imprimem futuridade, fazendo com que esse tempo “outro” seja configurado no interior de uma percepção *ética*. É disso que passaremos a falar agora.

Quando dizemos que um momento histórico é acessível ao historiador enquanto **(re)significação**, pensamos no fato de que esse tempo é, do lugar ocupado por esse historiador, não só passível de ser *retratado*, mas também capaz de *(re)significar* a atualidade que procura narrá-lo. Entendemos que o fato de um tempo passado ser caracterizado e conformado como memória (narrada) por um outro tempo (produtor dessa memória) implica que esse passado seja visto e produzido como capaz de significar o presente (que o constrói enquanto memória). Implica, pois, que seja produzido como capaz de significar o presente em sua incompletude, de fornecer sentidos

para sua instabilidade, isto é, de significar aquilo que *ainda não é*. Implica que seja capaz, portanto, de projetar futuros.

Como vimos, Bakhtin caracteriza como *estética* a atividade de um sujeito ao conceder acabamento a um outro. O autor descreve, ainda, uma outra face da atividade humana como *ética*. A percepção ético-cognitiva se caracteriza pelo fato de que o sujeito jamais coincide inteiramente com sua própria atualidade: como sujeito,

“(...) renovo indefinidamente o que me era pré-dado a cada uma das minhas vivências, junto-as todas, junto todo meu eu no futuro perpetuamente por-vir e não no passado. Para mim, minha unidade é uma unidade perpetuamente por-vir; ela me é a um só tempo dada e não dada (...); não é a unidade de meu haver e de minhas posses, mas a unidade de meu não-haver e de minhas não-posses; não é a unidade segundo a qual *eu já-existo*, mas a unidade segundo a qual *eu ainda não existo*”. (1992, p.139)

Pensando essa não-atualidade do sujeito na perspectiva da reflexão que vimos conduzindo, temos que o tempo narrado – que adquire visibilidade no tempo presente de produção da narrativa – *(re)significa* somente na medida em que integra a futuridade do sujeito (e do momento histórico) em que é produzido como memória. Assim, o passado memorizado é significante na medida em que integra o porvir do

tempo que o produz e, portanto, os projetos de sujeitos concretos que se constituem nesse memorizar-projetar.

Neste plano da produção do historiador, está em jogo não apenas a futuridade do tempo narrado (sua capacidade de, em seu diálogo com o presente, (re)significá-lo), mas, ainda, a futuridade do “tempo que narra”.

O historiador, enquanto produtor de uma narrativa (e sujeito que elabora uma compreensão do mundo em que vive), volta-se para o passado, buscando, nele, um plano estável de sua própria existência. Da inconstância de um presente-futuro sempre porvir, observa o passado, retratando-o. Do presente, olha para o passado, buscando um futuro que investe, desse modo, de valores que remetem ao *ético*.

A narrativa historiográfica se constitui, então, no jogo entre o *memorizar* e o *projetar*. Nele, temos, por um lado, uma memória que se constitui enquanto “memória de passado”. Dessa perspectiva, memorizar é produzir um passado acabado, isto é, um passado para o qual procuramos fixar significados, criando uma memória momentaneamente estável. Mas, temos, ainda, uma memória que se constitui como parte integrante do porvir, isto é, que assume a tensão de um presente que *ainda não é*; uma memória que é, portanto, essencialmente projeto.

Ao narrar um tempo passado, o historiador dá acabamento a esse tempo: recria o tempo como produto *estético*. Entretanto, o próprio fato de

que lhe seja possível *retratar* esse tempo do lugar que ocupa (em um outro tempo, o tempo de produção da memória) implica que o “narrado” integre a futuridade que lhe constitui enquanto sujeito social (que tem uma percepção ético-cognitiva de sua vivência).

Assim, a produção *estética* constitui uma dinâmica que produz valores que fazem surgir o *ético*, enquanto na *atividade ético-cognitiva* movimentam-se novas (re)produções *estéticas* do vivido... E a memória vai sendo produzida como história na história: definição e fluidez.

Acreditamos que essa dinâmica ganhe visibilidade no cruzamento de séries temporais que orientam o trabalho do historiador. Afirmamos que esse cruzamento orienta o trabalho historiográfico na medida em que, (1) na construção de uma história, da perspectiva do historiador, constitui-se uma **memória enunciada no tempo presente da análise** e que é produzida na alternância entre estabilidade e instabilidade, definição e fluidez. Simultaneamente, (2) nos enunciados analisados pelo historiador (nos textos-fonte), temos materializada a **memória enunciada no tempo presente de produção desses enunciados** (no passado ao qual o analista se volta).

Em um trabalho historiográfico, como o que aqui realizamos, vemos, portanto, a constituição de uma *história na história*. Referimo-nos, assim, à história que se configura *no material lingüístico que produzimos* hoje, a partir da análise de um momento histórico passado; mas também

a uma história com a qual ela se mescla, isto é, uma história configurada *no material lingüístico analisado* (nos fragmentos de passado pelos quais circulamos para produzir história).

•

Após essa reflexão em torno da relação que se estabelece entre o historiador e seu objeto de análise, acreditamos ter caminhado um pouco mais na exposição do percurso de análise que elegemos.

Até aqui, situamos o leitor deste estudo em relação às concepções que sustentam nosso trabalho.

Do que foi dito até o momento, destacamos o fato de situarmos a produção historiográfica dentro de uma dinâmica em que estabilização e desestabilização, definição e fluidez, são duas facetas de um mesmo processo. Nele, constrói-se memória e projetam-se histórias possíveis.

Já na **Apresentação**, mostrávamos uma preocupação no sentido de estabelecer o *locus* inicial de nosso estudo. Apontamos fragmentos de textos produzidos no tempo presente de sua realização, no intuito de flagrar, neles, diálogos possíveis entre o momento atual e o período ao qual nos voltamos – os primeiros anos da década de 50. Mais do que isso, inserimo-nos nesse diálogo.

Afirmamos, desde então, que nosso estudo se diferencia do diálogo flagrado naqueles “fragmentos de atualidade” pelas mesmas razões pelas quais o trabalho do historiador, ao escolher e retratar um passado, procura diferenciá-lo do passado como aquilo que invade o presente. E questionamos: seria essa diferenciação possível? Ou será ela parte da “ilusão da memória domada e instrumentada”?

A reflexão desenvolvida indica, antes de tudo, a necessidade de assumir que estabilidade e instabilidade convivem nos processos de constituição da memória. Apontamos, na produção da narrativa historiográfica, movimentos em direção a uma **fixação do passado** narrado e, outros que, por sua vez, operam no sentido de reconhecer, no material lingüístico que compõe o objeto de estudo, a **dispersão temporal**, o **conflito** entre vozes diversas, o **discurso como irromper de acontecimentos** que não são a representação de uma história que se estenderia, paralelamente, para além de sua aparição em enunciados historicamente localizáveis.

Não pretendemos esgotar essa discussão. Às questões que nela se cruzam, fornecemos respostas que indicam possibilidades de compreensão. A partir delas – do “foco de compreensão” que assumimos –, passaremos a falar de como, orientados pelo

percurso teórico-metodológico exposto, realizamos as análises que se encontram na **Parte 2**. Para tanto, falaremos da constituição do objeto de análise deste estudo e dos questionamentos a que o submetemos.

1.3. NAÇÃO: A MEMÓRIA ENUNCIADA

Partimos da seguinte proposta: analisar a *nação* que se constitui no discurso do PCB, na década de 50. Já nos primeiros passos da pesquisa, fomos apanhados por um “acontecimento”, a morte do presidente Getúlio Vargas. As afirmações, modificações e reformulações enunciadas, não só pelo PCB, mas também pelo noticiário da imprensa, com o intuito de absorver os impactos desta morte, acabaram determinando, em grande parte, nosso recorte. Passamos a tratar, mais especificamente, de como o suicídio de Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, foi incorporado pelo discurso do PCB no que se refere ao conceito de *nação* projetado pelo partido.

Para tanto, partimos de duas análises comparativas que, conjugadas, conduzem aos resultados deste estudo. Pesquisamos, comparativamente, 1) a *nação* projetada pelo PCB em textos anteriores e posteriores ao acontecimento citado e 2) a dinâmica de incorporação deste acontecimento por dois discursos, o do PCB e o de veículos de comunicação que chamamos, aqui, em conjunto, de “imprensa de referência”.

Tomamos a noção de imprensa de referência de Imbert (1992), da maneira como é citado por Bethania Mariani (1998). Segundo Imbert, esta noção caracteriza a imprensa que “contribui na representação/conformação da opinião pública, tanto no plano nacional quanto internacional”. É uma forma de poder simbólico, um “instrumento que in-forma o poder” (p.11). Mariani destaca que a imprensa de referência “exerce uma função social e política não apenas porque seu poder discursivo atua na emissão de opiniões, mas também porque serve na mediatização de opiniões” (p.240).

Em nosso estudo, esta imprensa é representada pelos jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* e pelas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. Os enunciados postos em circulação por estes veículos são aqui utilizados como fragmentos que exemplificam aquilo que foi noticiado pela imprensa no período estudado, interessando-nos, mais especificamente, analisá-los em seu “diálogo” com as formulações do PCB.

Falaremos mais sobre esta noção de diálogo a seguir, mas remetemos desde já à concepção de linguagem que orienta este trabalho: uma linguagem que se constitui dialogicamente, em que o “outro” não está à margem daquilo que enuncia um “eu” socialmente localizado, mas, pelo contrário, constitui a materialidade de seu

discurso. Nesta perspectiva, “interior” e “exterior” constituem, dialogicamente, a materialidade discursiva²⁸.

Estamos atentos, assim, ao modo como a *nação* é enunciada nestes dois discursos, o do PCB e o da imprensa, no momento mesmo em que em sua estrutura se insere um acontecimento novo, a morte do presidente.

Ao mesmo tempo em que temos como objetivo detectar particularidades da *nação* projetada pelo PCB – apontando para o modo como o partido projeta a si mesmo e à sociedade em que atua politicamente –, procuramos apreender esta *nação* justamente em seu diálogo com outras *nações* possíveis. Pensamos que aquilo que está à margem da *nação* projetada pelo PCB constitui, efetivamente, sua materialidade. Nos limites entre formulações diversas, compreendemos a constituição da *nação* pecebista, que adquire consistência justamente em seu diálogo com outras *nações*.

Daí a importância de analisar os enunciados do PCB em seu diálogo com enunciados que figuram nas páginas da chamada imprensa de referência.

Como dissemos anteriormente, o próprio conceito de *nação* supõe a existência de um “outro”. Para se fixar uma identidade nacional, intrínseca à projeção da *nação* como unidade, é preciso que um “outro” (o “estrangeiro”) seja também projetado. Este “outro” não se contrapõe a

²⁸ Conferir Bakhtin (1992; 1995).

uma *nação já enunciada*. “Eu” e “outro”, “nação” e “não-nação”, constituem-se simultaneamente e são instâncias reversíveis. Assim, não há *nação* sem um “outro” em relação ao qual se define o que é e o que não é *nacional*. O “estrangeiro” (seja lá o que se formule como tal, e veremos que há possibilidades diversas quando passarmos à análise de nosso material, na próxima parte) não é posterior ou anterior aos limites do *nacional*. Ao contrário, constitui a própria possibilidade do ser *nacional*. Assim, “eu” e “outro” são reversíveis, constitutivos de uma mesma dinâmica social e histórica em que se definem (momentaneamente) como tal.

No que acabamos de dizer, temos uma afirmação do caráter dialógico do próprio conceito de *nação*. A esta primeira afirmação, agrupamos mais uma, já abordada anteriormente: não podemos considerar a *nação* como um dado, mas como um conceito que se constitui de maneiras diversas e em instâncias discursivas historicamente localizáveis. Daí a relevância de flagrar diferentes conceitos de *nação* se constituindo em enunciados diversos.

Esta segunda afirmação do caráter dialógico do conceito diz respeito, portanto, ao fato de que conceitos diferenciados se mesclam em um diálogo comum. Assim, para propor uma compreensão peculiar da *nação*, um jornal como o *Correio da Manhã* procura excluir, silenciar e/ou cooptar outras possibilidades de compreensão e de definição do

nacional. Desse modo, o diálogo de que falamos firma-se pelo fato de que, para que sejam definidos limites e fronteiras para uma *nação*, é preciso referir-se, simultaneamente, àquilo que *não faz parte da nação*, assim como àquilo que confirma os limites estabelecidos. Ainda que o *Correio da Manhã* fale do comunismo apenas procurando excluí-lo como possibilidade ou silenciá-lo, as vozes comunistas (das quais o jornal discorda e nas quais aponta a “*não-nação*”) acabam por constituir aquilo que o jornal enuncia.

Segundo Foucault (1986), “não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (p.113). E complementamos: isto ocorre ainda que um enunciado signifique, positivamente, o apagamento de outros e/ou a exclusão de seus sentidos do interior daquilo que se institui como “pensável”.

Assim, é importante conceber este diálogo não como um diálogo entre formulações que, dissociadas, possuem limites próprios. Mas, ao contrário, como constitutivo dessas formulações: elas se materializam em sua relação com as demais; carregam, em si, a multiplicidade de vozes que participam desse diálogo.

Na perspectiva que adotamos, este caráter dialógico da linguagem deve ser considerado tanto no estudo de “noções confusas” – como a de *nação* – quanto na constituição do próprio objeto de estudo.

Falando de noções confusas tais quais *nação*, *democracia*, *ordem* e *coletividade* nos discursos de Vargas, nos anos 30, Haqira Osakabe (1979) destaca que elas

“constituem um conjunto plenamente satisfatório de noções que o locutor pressupõe sejam aceitas pelo próprio ouvinte, e que o são na medida em que são utilizadas no seu caráter mais genérico e mais ‘confuso’. Isso explica o fato de que elas ocorrem sempre como instâncias últimas (...) e jamais ocorrem enquanto objeto de discussão”. (p.67-68)

O autor explica, entretanto, que, nos casos em que essas noções são colocadas em discussão, “a atitude freqüente é a de dissolver determinado sentido, atribuído como sendo o sentido aceito pelo adversário”.

Nos discursos que analisamos, a *nação* é geralmente enunciada como instância última. Apela-se à *nação*, fala-se à *nação*, salva-se a *nação*. Em alguns momentos, entretanto, *nação* e *nacionalismo* são questionados justamente para afirmar a perspectiva enunciada, em contraposição a uma falsa *nação* ou a um falso *nacionalismo* presente em enunciados que se procura invalidar. Pois bem, acreditamos que, neste esforço de “diluir” vozes que se opõem, por exemplo, ao conceito de

nação que o locutor procura afirmar, constituem-se tanto os limites do conceito enunciado quanto os daquele conceito “outro” que se procura excluir ou silenciar.

Assim, o PCB, por exemplo, toma como natural a *nação* que afirma em seus enunciados, mas coloca em discussão os “falsos nacionalistas”, “traidores da pátria”, que se fariam passar por seus defensores²⁹. Do mesmo modo, uma revista como *O Cruzeiro* fala da *nação* que chora a morte do presidente Vargas, sem discuti-la. Invalida, porém, o “falso patriotismo” de “agitadores comunistas” (“alheios à dor profunda por que passava a Nação”), que estariam desrespeitando, com suas manifestações, o verdadeiro sentimento daqueles “brasileiros sinceros” que choram pacificamente a morte do presidente³⁰.

Neste diálogo, fica evidente a fragilidade do conceito, assim como sua mobilidade. Dito isto, nosso estudo estabelece seu recorte procurando levar em conta este caráter dialógico da linguagem. Como vínhamos afirmando, procuramos, não uma mesma *nação* que estaria sujeita a mutações *através dos tempos*, mas *nações* que se materializam em instâncias discursivas específicas.

²⁹ Em relação às eleições de 1958, por exemplo, o PCB afirma que “os comunistas apoiam nas eleições os partidos, alas e seções de partidos e personalidades de atuação nacionalista reconhecida, não os confundindo, porém, com os falsos nacionalistas, que procuram enganar o povo com sua demagogia eleitoral”. In: *Jornal Voz Operária*, 22/03/1958, p.7.

³⁰ *O Cruzeiro*, 04/09/1954, p.117.

Nas palavras de Foucault (1986),

“o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminho as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único (...) – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.” (p.5)

Destacando esse diálogo entre referências diferentes de *nação*, não deixamos de lado aquilo que particulariza a *nação pecebista* em relação às demais. Assim, considerar a *nação* projetada como acontecimento discursivo não significa apagar sua história. Consideramos essa *nação* em sua emergência, ao mesmo tempo em que visualizamos, nesse acontecimento “novo”, uma memória que se constitui a partir do lugar histórico ocupado pelo PCB.

Além do jogo entre **estabilidade** e **instabilidade**, ganha importância, em nosso estudo, a dinâmica entre **permanência** e **novidade**.

Compreendemos a *nação pecebista* como acontecimento discursivo que desloca sentidos, desfaz continuidades, restitui séries apagadas por outras histórias, construindo significações “novas”. Nesse sentido, essa

nação projetada é percebida como “novidade”. Ao mesmo tempo, procuramos compreendê-la como memória: em sua emergência “nova”, ela repete sentidos, ainda que deslocando tantos deles; repõe tradições. Neste plano, a *nação* projetada pode ser percebida como “permanência” de sentidos já-enunciados, já-ditos.

Na definição de *comentário*, em Foucault (1996), encontramos esse movimento, no interior do qual visualizamos o *acontecimento-nação* nos enunciados analisados.

Nas palavras do autor, o *comentário* consiste em “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (p.25).

É assim que percebemos as *nações* projetadas nos enunciados que analisamos. Procuramos levar em consideração seu estatuto de acontecimento, sem desconsiderar que *novidade* e *permanência* constituem, juntas, este mesmo acontecimento.

•

Nesta primeira parte, expusemos o percurso teórico-metodológico deste estudo. Destacamos que pensamos o trabalho do historiador, assim como a dinâmica de constituição da memória nos enunciados analisados, dentro de um jogo em que **estabilização e**

desestabilização e permanência e novidade estão sempre presentes. Não se alternam “no tempo” (pensado como uma sucessão cronológica), mas nos movimentos desiguais de uma história que se faz *na história*. São, portanto, tendências que se materializam em um embate concreto: aquele em que, na história, algumas possibilidades de “realidade” são consideradas e tornadas concretas. É dessa mesma concretude que são feitos, entretanto, os projetos não realizados, os desejos perdidos, o “irreal”.

Nossa história passa a ser, então, nas palavras de Veyne (1995), uma história “do que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades” (p.171).

Verdade, entretanto, não como aquilo que se opõe à “mentira”. Mas como verdade que se fez possível, historicamente. Isto é, como “tendência de realidade” que, em um determinado momento histórico, constituiu projetos de sujeitos concretos. Inserindo-se em realidades que a história lhes ofereceu, esses sujeitos atuaram sobre ela, possibilitando que as “verdades” se deslocassem no tempo.

Nesse sentido, procuramos compreender a memória – fluxo em que estamos imersos, mas também produto da ação de sujeitos que se constituem nessa imersão – como “memória enunciada”. Uma memória que não existe para além de sua presentificação por enunciadores concretos, mas que não pode ser fixada no presente de sua produção.

A matéria desta memória que não coincide consigo mesma é feita de passado, de presente e de futuro. De desejos, projetos e limites: daqueles que foram elevados ao patamar de "realidade", mas também daqueles que se perderam e que, deslocados, voltam a participar de novos projetos, de vontades novas de realização.

PARTE 2:

A NAÇÃO NA HISTÓRIA:

IDENTIDADE E PODER NO DISCURSO DO PCB

“Desde que se procure o ‘sentido histórico’ de uma ideologia ou de um acontecimento, encontram-se não apenas métodos, idéias ou uma maneira de compreender, mas a sociedade à qual se refere a definição daquilo que tem ‘sentido’.”

(Michel de Certeau, 1982, p.45)

Nesta parte de nosso estudo, falaremos da *nação* que se constitui no discurso do Partido Comunista do Brasil (PCB) nos primeiros anos da década de 50. O discurso do partido é estudado comparativamente ao da imprensa no mesmo período. Analisamos como o acontecimento da morte de Getúlio Vargas, ocorrido em 24 de agosto de 1954, se insere na estrutura desses dois discursos, sempre atentos às semelhanças e diferenças existentes entre as *nações* que enunciam.

Na **Parte 1**, falamos sobre como compreendemos os conceitos de *nação* e *nacionalismo*, expondo, desse modo, a perspectiva teórica que orienta este estudo.

Como dissemos, percebemos a *nação* projetada pelo PCB como “acontecimento”. Isto significa que há uma memória enunciada em seu estatuto de “acontecimento”, que, materializado em enunciados, permite visualizar os movimentos de construção da *nação* pecebista.

Analisar a *nação* projetada pelo PCB é, desta perspectiva, percebê-la como memória: reelaboração do passado, que tende à estabilização; (re)significação do presente em direção a um futuro, podendo tender, então, à desestabilização do já-dito. Analisá-la é, pois, mostrá-la no interior da própria dinâmica de sua configuração, na qual se alternam estabilização e desestabilização, permanência e novidade.

Nesta dinâmica, objeto analisado e analista se encontram. *No objeto enunciado*, consideramos o presente de sua produção, as marcas de sua

enunciação: o novo e o já-dito, retrato e (re)significação. No presente desta análise, *enunciar o objeto* consiste em retratá-lo e (re)significá-lo, *novamente*: um retrato que se produz no tempo presente da análise e que, para ser produzido, desloca sentidos já-enunciados, (re)significa passado e presente, projeta-se para o *locus* não menos historicizado da leitura. *Enunciando o objeto novamente*, consideramos, pois, não só o presente dos enunciados que o constituem (a historicidade que marca sua enunciação), mas também o presente da análise, as relações possíveis entre o *tempo que lê e narra* e o *tempo narrado*.

História na história: nessa dinâmica, situamos, na **Parte 1**, nossas reflexões em torno do trabalho do historiador e de sua relação com o objeto de seu estudo. Nela, situamos também as análises a seguir. Com uma ressalva: não se trata de reproduzir o mesmo raciocínio que sustenta o discurso e os projetos de poder dos vários grupos em choque. Sem nos reservarmos o lugar da neutralidade histórica da ciência, propomos um olhar que permita colocar, no eixo das contradições e não dos contrários, os vários sentidos possíveis para a *nação* que, então, se vislumbrava.

2.1. EM QUE NAÇÃO SUICIDOU-SE VARGAS?

OU

DAS NAÇÕES QUE VIRAM VARGAS SUICIDAR-SE...

24 de agosto de 1954. O presidente Getúlio Vargas se suicida com um tiro no peito. A nação chora. A nação quer saber quem são os culpados. A nação grita. A nação quer a cabeça dos culpados. A nação fica órfã. Na nação sem Getúlio, livre das máculas do passado, uma nova nação. A dor da perda do pai pede uma nação mais madura, uma nova nação. Os personagens do drama real fazem a trama: os Estados Unidos, os partidos com e os partidos contra, os comunistas e o latifúndio, a soberania defendida e a pátria vendida, os lacerdas e os gregórios, a indústria e o café, 30 e 45 e 54 e ...

Getúlio Vargas havia governado o Brasil de 1930 a 1945. Volta ao poder em 1950, desta vez pelo voto. Este segundo governo de Vargas é marcado pela crise política que, na opinião de diversos autores, se caracteriza pela ausência de consenso em torno do governo que então se formara.

Com o suicídio, este quadro se altera. A ausência repentina da figura para a qual se polarizava, então, a oposição (tanto da imprensa quanto de

diversos partidos políticos), acompanhada da onda de manifestações populares ocorridas por todo o país nos dias seguintes à morte do presidente, força imprensa e partidos a uma (re)formulação de posições. É a esta dinâmica que estaremos atentos.

A incorporação do suicídio de Vargas pelo jogo político do momento é, por nós, flagrada na materialidade que assume em dois discursos: o do PCB e o de veículos de comunicação que definimos anteriormente, em conjunto, como “imprensa de referência”.

À pergunta “em que nação suicidou-se Vargas?”, respondemos com uma variedade de *nações* que se configuram no momento mesmo em que o suicídio é discursivizado, instituindo temporalidades e sentidos múltiplos para este acontecimento.

Segundo Pêcheux (1997), um mesmo acontecimento pode assumir sentidos diversos, ainda que fosse narrado tão somente o ocorrido, lançando mão, por exemplo, da imagem de objetividade pela qual a mídia atual constrói sua identidade. Analisando a vitória de François Mitterand, na França, no dia 10 de maio de 1981, Pêcheux afirma que

“(…) o acontecimento jornalístico e da mass-media remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo transparente (o veredito das cifras, a evidência das tabelas) e profundamente opaco. O confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento improvável tinha começado bem antes do dia 10 de maio, por um

imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... ou de impedi-la; todo esse processo vai continuar, marcado pela novidade do dia 10 de maio. (...) O confronto discursivo prossegue através do acontecimento”. (p.19-20)

Falaremos, mais adiante, de como esse “confronto discursivo” se dá em enunciados do PCB e no noticiário da imprensa, em momentos anteriores e posteriores à morte de Vargas, investindo este acontecimento de sentidos e projetando, simultaneamente, uma *nação* e uma *história*. Antes, porém, vamos discutir algumas abordagens de autores que vêm estudando o episódio em foco.

É também no interior de um esforço de atribuição de sentido para o acontecimento que estudiosos do período enfatizam a chamada “crise de agosto” de 1954 como fator explicativo da morte do presidente, que é, assim, vista como seu “desfecho”. Destacam, ainda, a oposição quase generalizada da imprensa ao governo como fator relevante da “crise”.

Os jornais que pesquisamos atuavam, naquele momento, como oposição a Vargas. Esta oposição conjuntural remete, entretanto, a

posicionamentos anteriores e às leis de censura contra a imprensa decretadas, principalmente, no período do Estado Novo.

Abreu e Lattman-Weltman (1994) destacam que a maior parte dos jornais de grande circulação apoiou, em 1945 e em 1950, a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, ao mesmo tempo em que atacava violentamente as propostas de Vargas, procurando minar a imagem do presidente que havia sido construída pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) durante a ditadura do Estado Novo, quando este órgão foi utilizado para difundir a ideologia estadonovista, sobrepondo, a uma imprensa censurada, a imagem de Vargas como “pai dos pobres” e defensor do trabalhador³¹.

A oposição da imprensa se torna ainda mais aguda quando irrompe o episódio que é tido como marco inicial da “crise de agosto”: o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, ocorrido no dia 5 de agosto de 1954, no qual é atingido e morto o major Rubens Vaz, da Aeronáutica³².

A partir de então, diversos veículos de imprensa passam a pedir a renúncia do presidente, já que integrantes de sua guarda pessoal são

³¹ O jornal *Última Hora*, dirigido pelo jornalista Samuel Wainer, foi, entre os jornais de maior circulação no período, o único que se manteve favorável ao presidente, tendo sido personagem de uma das acusações de corrupção movidas contra Vargas já no ano de 1953. Em abril deste ano, foi instalada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) procurando comprovar o favorecimento ilícito do governo ao jornal *Última Hora*. Apesar de não ter conseguido comprometer diretamente o presidente, esta acusação, além de aumentar as suspeitas sobre a corrupção no governo, colocou em questão o único jornal da grande imprensa que, naquele momento, assumia posições nitidamente favoráveis a Vargas.

³² Carlos Lacerda era, então, um dos mais “barulhentos” opositores de Vargas. Através de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, acusava repetidamente o governo de corrupção (o “mar de lama” que estaria correndo sob os olhos do presidente) e atacava, mais especificamente, a figura de Vargas.

acusados pelo crime. Jornais de oposição, como *O Estado de S. Paulo*, pregam abertamente um golpe militar. É o caso, por exemplo, do seguinte editorial, publicado no dia 24 de agosto (produzido antes, porém, de que se tivesse conhecimento da morte de Vargas):

"Grave responsabilidade assumem perante a Nação e a história do Brasil os militares que, por um falso sentimento legalista, estão impedindo que a Nação se liberte da presença, na Presidência da República, de um homem que se divorciou inteiramente da moral e do mais elementar decôro. (...) Os que defendem a permanência desse homem no governo estão separados da Nação por um fôssô intransponível. Os militares, que assim procedem, estão sacrificando a Nação para salvar um homem que só tem procurado aviltá-la". (p.3)

É em nome da *nação* que o jornal critica a posição "legalista" dos militares. A manutenção de Vargas na Presidência é construída como um prejuízo nacional.

Estudando o período a que nos referimos, Maria Victória Benevides (1981) relaciona, entretanto, a "crise de agosto" e o enfraquecimento do governo Vargas à defesa de posições *nacionalistas*. Essas posições estariam associadas, de maneiras diversas, tanto a este enfraquecimento quanto à vitória eleitoral de Vargas em 1950.

Ao analisar o que chama de “oposição conservadora” ao governo Vargas, liderada pela UDN (União Democrática Nacional), Benevides levanta alguns pontos que estão presentes, ainda que com variações, também no noticiário da imprensa. Segundo a autora, as críticas a Vargas estão diretamente relacionadas a uma aversão às propostas de política social e salarial anunciadas pelo governo³³ e, ainda, ao avanço do *nacionalismo*. Estava em jogo “a defesa de um modelo ‘neo-liberal’, no qual predominavam definições conservadoras sobre a questão operária e privatistas sobre a questão da fórmula para o desenvolvimento” (p.85).

As observações de Maria Celina D’Araújo (1982) vão no mesmo sentido. Para a autora, o sucesso eleitoral de Vargas deve-se, em grande parte, ao fato de Vargas personificar a defesa dos interesses nacionais em um momento em que o Brasil caminhava aceleradamente para uma maior dependência em relação aos Estados Unidos. Esta identificação de Vargas com o *nacionalismo* difuso teria facilitado suas alianças com correntes militares e civis também identificadas com as posturas ditas *nacionalistas*, além de favorecer o apelo a uma união nacional em torno de sua candidatura. D’Araújo aponta, ainda, como elemento que teria contribuído para a vitória eleitoral, o fato de Vargas declarar-se favorável a um maior

³³ Alguns meses antes da morte de Vargas, o então ministro do Trabalho, João Goulart, havia anunciado um aumento de 100% no salário mínimo. Este aumento foi duramente combatido pela imprensa oposicionista, que diversas vezes acusou Goulart de aliar-se aos “comunistas” e “baderneiros”, alimentando os projetos de uma “república sindicalista” e os “conflitos de classe”.

controle estatal da produção do petróleo em um momento em que a campanha pelo monopólio estatal deste produto (“O petróleo é nosso”), iniciada em 49, tem repercussão crescente no país.

Estudando as posições enunciadas por Vargas durante a campanha, a autora destaca o fortalecimento da economia nacional como um dado presente nos discursos do candidato. Neles, a “questão nacional” seria vista como luta pela independência econômica do Brasil: “a agricultura deverá ser industrializada, a industrialização deverá ter como prioridade a indústria de base e os recursos naturais deverão ser explorados, tanto quanto possível, por capitais nacionais”, o que significaria uma imposição de critérios seletivos para a entrada de capitais estrangeiros no país.

D’Araújo ressalta que mesmo uma denúncia simples da capacidade espoliativa do capital estrangeiro sobre a economia nacional era uma atitude estranha aos governantes brasileiros da época. A Guerra Fria tornaria esse tipo de posicionamento ainda mais delicado. “Em plena disputa entre os dois blocos – Estados Unidos e URSS –, Vargas optava por uma terceira via: a do desenvolvimento autônomo e independente, não-subordinado ou alinhado diretamente a qualquer potência internacional” (p.95)³⁴.

³⁴ No entanto, como não deixa de apontar a autora, durante seu governo, Vargas “teve que ceder efetivamente aos interesses norte-americanos, particularmente em relação ao capital estrangeiro e aos recursos naturais do país”. Segundo ela, um “discurso nacionalista” teria sido mantido, mas em contradição às “práticas efetivas do governo”. (*op. cit.*, p.96)

Ainda assim, como vimos, é em nome da *nação* que um jornal como *O Estado de S. Paulo* se opõe a Vargas. É à *nação*, também, que Vargas se dirigiria em sua carta-testamento, em que reveste sua morte do caráter de sacrifício... pela *nação*!

O “cerco da imprensa” a Vargas foi, segundo D’Araújo, um elemento importante da “crise de agosto”. Para ela, “a oposição sistemática da imprensa não logra minar as bases do getulismo, mas constitui-se efetivamente em fator primordial para o que se poderia chamar de *antiprojeto*, já que é formulado basicamente sobre a não-aceitação das medidas tomadas pelo Governo”. Ressalta, ainda, que através da grande imprensa é que se expressam as críticas fundamentais à política de Vargas, as insatisfações e divergências dos grupos dominantes, “transformando os grandes jornais em núcleos de resistência ao Governo” (*op. cit.*, p.25)³⁵.

No dia 24 de agosto, a morte do presidente irrompe com todo seu potencial de novidade, impondo ao noticiário da imprensa (re)formulações e (re)significações da e na dinâmica política em que este noticiário se insere.

Segundo Abreu e Lattman-Weltman (1994), que estudam os movimentos da imprensa diante da “crise de agosto”, o acontecimento (e acrescentamos, tanto o do suicídio quanto o da reação popular a este último) teria sido mais importante e surpreendente do que a capacidade que

³⁵ Uma outra autora, Leopoldi (1994), observa que a entrada da TV no país, naquele período, teria reforçado a radicalização de opiniões contrárias a Vargas.

os jornais tinham para processá-lo. “O curioso – ressaltam – é observar que o suicídio determinou que seus adversários iniciassem imediatamente o retoque na imagem de Vargas. O perfil até então construído teve que ser refeito – não coincidia com os atos que agora se revelavam. O homem tinha grandeza, patriotismo, honestidade, e para alguns era um estadista. Assim, com um intervalo de algumas horas, um novo retrato de Vargas começava a ser apresentado ao público” (p.44).

Benevides (1989) afirma, por sua vez, que a imagem de Getúlio foi salva pelo suicídio: “as conseqüências mobilizadoras e multiplicadoras de seu gesto trágico atestam não apenas a força do líder como sugerem que a fronteira da tentação foi ‘sair da vida para entrar na história’”. O que chama de uma “não-traição ao preço da morte” teria sido um fator de perpetuação do carisma e da sedução de Vargas, que se estenderiam até nossos dias. E reforça: “os que ousam duvidar desse ecumenismo – e insistem em apontar o autoritarismo e a manipulação populista na política de Vargas – correm o risco de serem considerados ‘antinacionalistas’ ou estranhos casos de insensibilidade a um aparente ‘consenso’ nacional” (p.29-30).

É talvez este mesmo impacto do qual fala Benevides – o “gesto trágico” que levaria Vargas “da vida para a história” – que cria possibilidades para que enunciados como os que registramos mais adiante integrem a história escrita por um historiador como T. Skidmore. Neles, podem ser

observados os frágeis limites entre narrativas historiográficas, jornalísticas e ficcionais que se voltam a um mesmo fato: o suicídio de Vargas.

Nas palavras de Skidmore (1975),

“Os militares haviam falado. Pela segunda vez em sua vida, Getúlio recebia um ultimato do comando do Exército. Na madrugada do dia 24 de agosto, Getúlio reuniu seu gabinete para uma reunião sombria. Depois de consultar seus ministros, concordou em tirar uma licença, embora ficasse assentado que não apresentaria um pedido definitivo de renúncia. (...)

Getúlio manteve a palavra. Não hesitando um só momento acerca de sua defesa final contra seus inimigos, apontou cuidadosamente a arma contra o coração e apertou o gatilho. Sua família e seus ajudantes precipitaram-se para o aposento mas já encontraram o presidente morto.

(...) Na morte, como na vida, os atos de Getúlio foram cuidadosamente calculados para produzir o máximo de efeito político.” (p.179-180)

De Skidmore a um texto jornalístico como o que reproduzimos a seguir, lemos esse mesmo esforço de (re)significação do ocorrido, ainda que em enunciados que se inserem em momentos e regras de produção bastante diversas. No dia seguinte à morte de Vargas, um editorial do jornal *Correio da Manhã* nos diz que

“A história dos povos começa onde começa a história do seu sofrimento. Nada de grande e sólido principia enquanto os indivíduos que compõem uma nação se considerem primeiro indivíduos e depois participantes de um corpo superior de idéias e objetivos. Alegria, prosperidade, tranqüilidade, não são jamais dons gratuitos, colhidos sem pena, e os povos sem capacidade de tragédia são aqueles sem capacidade de realizar um destino.

Diante do presidente da República morto não queremos evocar seus erros. (...) Seria, porém, fazer pobre justiça à sua imolação e à nossa sinceridade o pretender que a morte anulou a luta ou dissolveu divergências insolúveis.” (p.4)

Passando, então, dos textos acima, à ficção propriamente dita, lemos, no *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo (1986), o seguinte diálogo:

“– (...). Imaginei que Getúlio ia recuar para dar um bote mais forte na hora oportuna. Te confesso que pensei em tudo, menos em suicídio.

– Isso mostra como a gente nunca chega a conhecer direito as pessoas. Mas Tibé, uma coisa não me sai da cabeça... Este é um dos momentos mais trágicos da vida do Brasil. A nossa História não é rica em dramas pessoais.

– O exílio do Imperador, talvez...

– Mas não! Dom Pedro não governava propriamente. E, depois, tinha as suas distrações, olhava a Lua no seu telescópio, tinha as

obras completas de Victor Hugo autografadas pelo autor. E privilégios, honrarias. (...)” (p.86)

Como vimos, a novidade do acontecimento potencializa um leque de imagens possíveis para a morte do presidente.

Os sentidos propostos para esta morte são superpostos ao fato. Ao significá-lo, inserem-no em uma história da qual ele é (e era, antes mesmo de concretizar-se, como se a história lhe reservasse, desde sempre, um lugar) um momento crucial, um elemento essencial à trama.

Não pretendemos esgotar os sentidos que constituem o simbolismo da morte do presidente Getúlio Vargas e o(s) imaginário(s) a ele ligado(s). Não temos como objetivo interpretar o episódio ou, paralelamente a abordagens como as que reproduzimos acima, construí-lo como fato. É em torno dele, entretanto, que se movimentam algumas imagens que, por ora, focamos: aquelas que, no esforço de (re)significar esse episódio político, constroem uma *nação*.

Vejamos, agora, como o PCB se insere nesta dinâmica de (re)significação do fato e, mais especificamente, como o partido enuncia uma *nação*, imerso nesse diálogo em que morte e renascimento demarcam uma história nacional.

2.2. EM QUE NAÇÃO O PCB VÊ A MORTE DE VARGAS?

“Novos e maiores perigos ameaçam a vida e a segurança de nosso país. O golpe norte-americano foi dado. Pela força das armas, os piores inimigos do povo conseguiram chegar ao poder. Os mais vis lacaios dos provocadores de guerra dos Estados Unidos assaltaram o poder com o objetivo de entregar o Brasil de mãos e pés atados à voracidade dos magnatas norte-americanos.

(...) O assassinio de Vargas revelou à nação a brutalidade dos métodos norte-americanos de dominação, pôs a nu a violência com que os agentes do Departamento de Estado norte-americano fazem e desfazem govêrnos em nossa terra.”

O texto acima faz parte do *Manifesto do Comitê Central do PCB* intitulado “Barremos o caminho à ditadura ianque”, publicado na revista *Problemas* de outubro de 1954 (n.62, p.1). Ele nos permite algumas observações iniciais sobre o modo como o partido configura a morte do presidente. Os inimigos são, desde então, nomeados. A morte de Vargas tem seus agentes: o imperialismo norte-americano e seus aliados nacionais, que se contrapõem, não apenas ao presidente morto, mas a toda a *nação*. No Manifesto, o 24 de agosto surge como “assassinio”, “golpe sangrento”, “golpe americano”.

Para responder à questão que colocamos, vejamos, inicialmente, como o PCB projetava, em seus documentos, esta *nação* que se constitui em contraposição ao *inimigo* norte-americano.

Em seu IV Congresso, ocorrido entre os dias 7 e 11 de novembro de 1954, o PCB aprova o Programa que teria validade até o ano de 1958³⁶, quando seria firmado o documento que ficou conhecido como *Declaração de Março*. Modificando concepções anteriores, que datam do *Manifesto de Agosto* de 1950, tidas como mais “sectárias” e “esquerdistas” do que as aprovadas em 1954, o Programa apresenta as seguintes características:

a) mantém a percepção da economia brasileira como “semifeudal”, “semicolonial” e “semi-escravista”, baseada em grandes latifúndios e na exportação de produtos agrícolas;

b) relaciona esta caracterização – e, com ela, o atraso do desenvolvimento capitalista do Brasil – à exploração do país por potências estrangeiras, apontando os Estados Unidos da América como o principal agente estrangeiro a explorar a *nação* naquele momento; e

c) confere importância central ao desenvolvimento da indústria nacional, que possibilitaria, junto com a realização da reforma agrária, uma alteração da estrutura econômica do país. Reforma agrária e

³⁶ O Programa já havia sido publicado, como Projeto de Programa (ainda a ser aprovado), na revista *Problemas* de fevereiro de 1954 (n.54).

indústria nacional, conjugadas, proporcionariam um aumento do mercado de consumo e impulsionariam, assim, o capitalismo nacional.

Neste último item, se insere uma diferença importante em relação às concepções anteriores: um maior apelo à “burguesia nacional” na composição da “frente única”, se comparado ao *Manifesto de Agosto* de 1950³⁷.

Luís Carlos Prestes afirma, em texto publicado na revista *Problemas* de fevereiro de 1954, que haveria uma grande diferença entre esses dois documentos. Segundo ele, a posição do partido diante da “burguesia nacional” seria representativa desta mudança. Ressalta que, enquanto no Programa de 1954 há uma preocupação em afirmar que, no poder, o partido não confiscaria os bens da “burguesia nacional”, no *Manifesto* de 1950 o partido pregava a nacionalização de bancos e empresas industriais e comerciais. Nas palavras de Prestes,

³⁷ Há, entretanto, um conflito entre os autores a este respeito. Segundo alguns, como é o caso de Moisés Vinhas (1982), o IV Congresso teria sido um reforço às concepções “sectárias” presentes no *Manifesto de agosto*: “o Congresso se realiza como se nada tivesse acontecido, como se a situação política não tivesse sofrido alterações substanciais” (p. 132; citado em Pandolfi, 1985, p. 180). Já Quartim de Moraes observa alterações importantes na ação dos comunistas a partir de 1952 (ainda que, teoricamente, o Manifesto de Agosto ainda fosse a orientação vigente). Segundo ele, essas alterações teriam permitido, por exemplo, uma participação maior dos comunistas nos sindicatos e, com a morte de Vargas, uma maior aproximação entre trabalhistas e comunistas: “delineava-se, assim, no cenário político brasileiro, uma nova configuração de forças em que a esquerda, agrupando comunistas, trabalhistas e nacionalistas, assumiria peso determinante” (p. 190). José Antonio Segatto (1995), por sua vez, afirma que, em agosto de 1954, “o PCB começa a rever sua política derivada do *Manifesto de Agosto de 1950* e inicia um processo de mudanças que culminaria com a elaboração da *Declaração de Março de 1958*, dando origem àquela que ficou conhecida como a ‘nova política’” (p.17).

“isto significa que, enquanto no novo projeto de Programa não tocamos nas bases do capitalismo, em agosto de 1950 cometíamos o erro de não supor possível que uma parte considerável da burguesia nacional pudesse, nas condições de luta do povo pela libertação do jugo imperialista, tomar posição de apoio ao povo ou, pelo menos, de neutralidade favorável ao povo. Não tínhamos, portanto, uma justa compreensão do caráter da revolução em nosso país, em sua etapa atual” (p.33).

Às afirmações acima, segue o argumento de que o partido teria acertado ao definir o caráter semicolonial do país, tendo se esquecido, entretanto, da diferença entre as “duas etapas” da revolução nos países coloniais e semicoloniais.

Em um outro texto, de dezembro de 1953, intitulado “Declaração sobre o projeto de Programa do PCB”, Prestes já afirmava o caráter de “salvação nacional” do Programa. “Em torno dele – diz – deverá formar-se a ampla frente única de todas as forças progressistas, democráticas, populares e libertadoras do país, a frente democrática de libertação nacional”. Chama os “patriotas e democratas” de todas as opiniões e partidos para uma discussão sobre o Programa, que seria proveitosa “aos interesses de nosso povo contra o jugo do imperialismo norte-

americano, contra a tirania do govêrno de Vargas e por um govêrno democrático e de libertação nacional”³⁸.

E para esta tarefa de “libertar a nação” é convocada a “burguesia nacional”, que teria, também ela, interesse no desenvolvimento de uma indústria e de um capitalismo nacional, independentes do “imperialismo norte-americano”. Classe operária, camponeses, intelectualidade, pequena burguesia e burguesia nacional são chamados a participar do “govêrno democrático de libertação nacional”.

Afirmando que não seria possível, naquele momento, realizar transformações socialistas no país, o PCB diz ser possível, por meio da união nacional dos agentes indicados acima, a substituição de um govêrno “anti-nacional” (no caso, o govêrno Vargas) por um govêrno que “liberte o Brasil do domínio do imperialismo americano”: aí estaria o ponto de convergência das forças que o Partido chama em seu auxílio.

Caio Navarro de Toledo fala da polêmica em torno da defesa da existência de uma burguesia nacional por parte do PCB e de seus intelectuais nos anos 50 e 60. Segundo o autor, “as campanhas nacionalistas eram invocadas para comprovar a realidade efetiva da chamada burguesia nacional na luta contra o imperialismo e em defesa do desenvolvimento econômico autônomo” (p.265). Assim, a frente única antifeudal e antiimperialista, proclamada pelo partido,

³⁸ Revista *Problemas*, fevereiro de 1954, n.54, p.05.

dava lugar de destaque à “burguesia nacional”. Ao mesmo tempo, postergava a luta pelo socialismo, que era considerado nocivo aos interesses do país (e do partido) naquele momento, pois implicaria no afastamento desta “burguesia”.

Estas concepções são, na opinião de diversos autores, um subproduto da Internacional Comunista. A noção de que a revolução se daria em duas etapas estava presente já nas concepções firmadas pela Internacional na década de 20. De acordo com elas, em um primeiro momento, ocorreria a revolução democrático-burguesa e, só então, a revolução socialista irromperia, com a tomada do poder pelo proletariado.

Na etapa democrático-burguesa da revolução, seria necessário desenvolver as duas contradições básicas: entre a *nação* e o imperialismo e entre o desenvolvimento das forças produtivas e a economia de grandes latifúndios. Assim, como observa José Antonio Segatto (1995), a idéia de revolução está associada à luta pela libertação nacional e/ou à luta antiimperialista contra os restos feudais que entravariam o desenvolvimento capitalista no país. Estas concepções perdurariam até o final dos anos 50.

A partir da década de 40 (com exceção das declarações de 48 e 50), o papel atribuído à “burguesia nacional” torna-se cada vez maior nos escritos do PCB. Apesar disso, somente na *Declaração de Março* de 1958 é que o partido reconheceria que o capitalismo já estava em curso

no Brasil, embora não houvesse completado seu ciclo: “diante dessas circunstâncias, caberia ao proletariado reforçar a aliança com a burguesia, buscando uma aproximação cada vez maior com a ‘revolução antiimperialista, nacional e democrática’³⁹ .

Segundo Segatto (1995), a chamada burguesia nacional continua, então, a ser caracterizada como vacilante e conciliadora: “tinha um papel de ‘força revolucionária’ pois tinha vocação democrática porque precisava de participação popular para derrotar o imperialismo e o latifúndio; tinha interesses no desenvolvimento nacional e autônomo porque o imperialismo bloqueava a industrialização; era a favor da reforma agrária para expandir o mercado interno e aumentar sua capacidade de acumulação de capital” (p.94).

Para este autor, junto com as análises e formulações da Internacional Comunista, o PCB incorpora também as elaborações de Stalin. Deste “esquema teórico-político” decorreria a elevação da “questão nacional” a um lugar central, subordinando a “questão democrática”, que seria relegada a um segundo plano.

Apesar desta incorporação do discurso da Internacional pelo discurso dos comunistas brasileiros ser facilmente percebida, já havíamos chamado a atenção anteriormente para o fato de que a chamada “questão nacional” integrava um debate político em que

³⁹ Pandolfi (1985), p.185.

diversas vozes se revezavam, propondo identidades para o *nacional* em uma dinâmica política que ultrapassa os limites do discurso enunciado pelo PCB.

É importante destacar este fato, pois, na perspectiva teórica que elegemos, importa analisar a materialidade assumida pelo discurso do PCB, ainda que ele seja uma “repetição” de enunciados constituídos no interior do discurso da Terceira Internacional e/ou de enunciados que revelam posições soviéticas diante da Guerra Fria⁴⁰.

Não desmerecemos o fato de que, enunciando os Estados Unidos como o “inimigo número um” da *nação*, o PCB (re)dimensiona, em seu próprio discurso, o discurso soviético que constrói aquele país como uma ameaça constante de guerra e como “o” imperialismo que estaria em busca de dominar e subjugar todo os países do mundo.

⁴⁰ Tendo início com o encerramento da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Guerra Fria se caracterizou pelo confronto entre os Estados Unidos, representante maior do chamado “mundo ocidental” ou “mundo capitalista”, e a União Soviética, líder do chamado “mundo comunista”. Segundo Deutscher (1968), a Guerra Fria se desenvolveu a partir de tensões subjacentes à Grande Aliança, que unia Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra. “Não se poderia esperar que a Grande Aliança sobrevivesse à sua vitória sobre a Alemanha nazista. A vitória foi grande demais para que os vitoriosos a digerissem”, diz. Deutscher afirma ser errôneo, entretanto, acreditar que as duas grandes potências de então, Estados Unidos e União Soviética, emergiram da guerra igualmente poderosas. “Sim, ao início da Guerra Fria, os dois colossos defrontaram-se mutuamente, mas um deles era sangüíneo, vigoroso e ereto, enquanto o outro achava-se prostrado e exangue. Essa é a verdade incontrovertível da questão. Apesar disso, pouco após o fim da guerra, a imagem do colosso russo, de um colosso maligno, voltado para a conquista e dominação mundiais, assombrou a mente do povo do Ocidente”, afirma (p.176-179). Esta percepção da Guerra Fria, em que a União Soviética personifica o “colosso maligno”, foi, em grande parte, uma construção do Departamento de Estado norte-americano. Foi, desse modo, chamada a justificar ações políticas (muitas vezes de invasão e domínio de outros países), que seriam “respostas” defensivas à Guerra. Este tipo de justificativa para ações políticas autoritárias foi utilizada não só pelos Estados Unidos, mas também pela União Soviética.

É, entretanto, o lugar do enunciador que então se constitui para o e pelo PCB que lhe permite erigir os Estados Unidos como inimigo *nacional* a ser combatido. Este lugar enunciativo traz as marcas de uma história que é a da Guerra Fria, enunciada da perspectiva soviética, mas se constitui, notadamente, como “atualização” desses sentidos nos limites de uma prática política peculiar, no Brasil, no início da década de 50.

Não concebemos, portanto, o discurso do PCB como reprodução ou possível negação dos desmandos soviéticos. Vemos, na constituição deste discurso, uma diversidade de vozes. Dialogicamente constituído, ele traz marcas de posições enunciativas que, historicamente, podem ser assimiladas à União Soviética e seu lugar na política internacional. Traz, também, marcas de seu “diálogo” com vozes que constituem o jogo político nacional: o diálogo com partidos como o PTB e a UDN, a memória de suas relações com Vargas, a história do partido no Brasil, seu estatuto de partido ilegal etc.

Considerar o discurso do PCB como dialogicamente constituído significa pensá-lo como cruzamento de diversas vozes e posições enunciativas. Fundado em séries discursivas que trazem, em si, a memória de tantas histórias enunciadas, de propostas diversas de identidade para a *nação* (remetendo, destacadamente, à Internacional Comunista e à Guerra Fria), o discurso do partido é uma possibilidade “nova” de realização dessas vozes, de seus conflitos e de sua positividade histórica. Concordamos,

nesse sentido, com o que diz Paulo Sérgio Pinheiro (1991) em relação a um período anterior ao que estudamos:

“Evidentemente, o relacionamento internacional dos comunistas brasileiros não é a única dimensão relevante de sua atuação (...). Muitas das características sociais, econômicas e culturais da sociedade nacional individualizada, que ele deve combater do interior, freqüentemente proporcionam ao partido pontos de apoio mais ou menos eficazes que influenciam sua história. (...) Reduzir a relação entre o PCB e a Internacional Comunista à imposição de fórmulas do centro coordenador da revolução seria negar a existência dos comunistas num contexto nacional. A repressão policial, que se abate sobre os comunistas brasileiros durante toda a história do PCB, revela muito sobre o autoritarismo brasileiro: mas pode também ser um indício de que afinal a atuação deles teve alguma relevância na cena política.” (p.50)

Levar em conta a constituição de um lugar para o PCB na dinâmica política brasileira, naquele momento, não significa, portanto, negar que ele seja fortemente constituído pelo lugar que a União Soviética, por sua vez, ocupa na política internacional. Não significa, ainda, negar que decisões soviéticas se imponham ao partido, construindo-o, em diversos momentos, como mais uma peça de um mundo projetado pela política soviética. Por outro lado, significa que não reduzimos o lugar enunciativo do PCB às vozes

soviéticas, mas o compreendemos como uma rearticulação dessas vozes, particularizadas (historicizadas) em uma dinâmica política nacional⁴¹.

Feitas estas observações, consideramos indicado o quadro mais geral em que se inserem os enunciados que, mais especificamente, nos interessa analisar. Passemos ao discurso do PCB em sua dinâmica de (re)significação do episódio que enfocamos, continuando, nesse trajeto, o trabalho de elaboração de uma resposta para a questão colocada no início deste item: “em que nação o PCB vê a morte de Vargas?”

RETRATANDO E (RE)SIGNIFICANDO A MORTE DE VARGAS: COM A PALAVRA, O PCB...

Em um *Manifesto Eleitoral* escrito em julho de 1954, publicado na revista *Problemas* de setembro do mesmo ano (n.61), o PCB faz uma espécie de balanço do governo de Getúlio Vargas⁴². Nele,

⁴¹ Mesmo que a atuação do PCB se limitasse a uma repetição do que diziam os soviéticos, não poderia ser considerada como simples reprodução, já que a inserção das “mesmas palavras” em um outro lugar discursivo as insere, também, em uma outra dinâmica. Esta “repetição” pode, assim, reforçar sentidos, mas, também, deslocá-los, já que pode lançá-los a um novo plano de valores e significações possíveis. Com isto, não estamos atribuindo valores positivos à questionável atuação política do PCB, mas reconhecendo a dinâmica discursiva pela qual o discurso do partido ganha um estatuto histórico peculiar.

⁴² Este *Manifesto Eleitoral* visa às eleições que ocorreriam em outubro de 1954, na qual seriam eleitos novos governadores estaduais.

podemos visualizar alguns elementos do discurso do partido, enunciados **antes da morte** do presidente.

Durante todo o *Manifesto*, o governo é negativizado, associado à mentira e àquele que é proclamado como o principal inimigo da *nação*, o imperialismo norte-americano. Vargas é caracterizado como traidor. Suas promessas eleitorais, que teriam assumido um tom de defesa *nacionalista*, são tidas como “engôdo” e “mistificação”.

Durante o governo de Vargas, tudo teria piorado para os brasileiros. Enunciado pelo PCB, este é o Brasil de 1954:

“Desvaloriza-se aceleradamente o cruzeiro, cai vertiginosamente o salário real, aumentam assustadoramente os preços dos artigos de consumo popular, dos aluguéis de casa, dos medicamentos e dos transportes. Crescem os impostos extorsivos, os preços das matérias-primas, as taxas de ensino. Os lucros dos latifundiários e dos grandes capitalistas, os lucros das empresas dos monopolistas norte-americanos atingem cifras verdadeiramente astronômicas. (p.01)”

Neste Brasil, “o govêrno de Vargas é um govêrno de traição nacional”, que “recorre ao emprêgo da violência e do terror contra o povo”, revivendo leis reacionárias do Estado Novo. Para tanto, Vargas contaria com o apoio de “todos os partidos políticos das classes dominantes”.

Neste mesmo Brasil, o PCB reserva para si o lugar de “salvador”. É o caminho da “salvação nacional” que seu Programa aponta, clamando à união de todos os brasileiros na defesa da “soberania nacional”:

“Une-se o povo para salvaguardar a indústria nacional ameaçada pelos monopólios norte-americanos; pelo estabelecimento de relações com a União Soviética, a China Popular e os países da democracia popular; para impedir que as riquezas nacionais continuem a ser assaltadas pelos magnatas dos Estados Unidos; para proteger as mais caras tradições populares e o valioso patrimônio nacional nas letras, nas artes e nas ciências, ameaçado de liquidação pelos agentes norte-americanos, para resguardar a soberania nacional atingida por acordos e tratados colonizadores com os Estados Unidos.”

O PCB apela a todos, “sejam quais forem os partidos políticos a que estejam filiados e as idéias que adotem”, para que se unam na luta pela “independência nacional”. Trabalhadores da cidade e do campo, intelectuais e as chamadas pequena burguesia e burguesia nacional são convocados: “é preciso que o voto seja um voto contra a carestia da vida e contra a fome, contra a colonização do país pelos Estados Unidos e pela emancipação nacional, em defesa das liberdades democráticas e da paz”. Enuncia uma política que, sustentada por noções como “democracia”, “paz”, “emancipação” e

“independência” nacional, justificaria a união de todos os brasileiros em torno da plataforma política do partido.

O sucesso das posturas defendidas no *Manifesto* dependeria do esforço dos comunistas para “educar politicamente” seus “concidadãos, indicando-lhes o caminho da salvação nacional traçado no Programa” do PCB. E assim termina o *Manifesto*: educados pelos comunistas, os brasileiros se uniriam em torno do Programa do Partido. Com isto, caminhariam para a salvação...

Na revista *Problemas* de outubro de 1954 (n.62, p.5), há um outro texto que merece nossa atenção. Em uma entrevista concedida ao jornal *Imprensa Popular*, em “meados de agosto” de 1954 e, portanto, antes da morte de Vargas, Luís Carlos Prestes fala da situação política do país.

Questionado sobre a possibilidade de um golpe de Estado, Prestes responde que o golpe é uma possibilidade concreta. Aponta, como golpistas, o próprio Getúlio (que não teria, entretanto, força política para aplicá-lo) e “os politiqueros da UDN”, que representariam a principal ameaça à *nação*. Sobre estes últimos, Prestes afirma que têm a intenção de, “*melhor do que Vargas*, realizar a política de traição nacional, de fome e reação imposta pelos trustes norte-americanos e pelo govêrno dos Estados Unidos”. Nas expressões grifadas, a pressuposição de que Vargas *já* realiza um governo de “traição nacional”.

A solução para esta situação, segundo Prestes, seria derrubar o presidente enfraquecido, não com um “golpe” udenista, mas com um “movimento popular” por um governo democrático, liderado pelo PCB. Nas palavras de Prestes,

“A minoria que domina o país não se sente tranqüila. Cresce o desprestígio e a impopularidade do sr. Vargas e, em número cada vez maior, os patriotas e democratas começam a compreender que o atual estado de coisas não pode continuar e que, *como afirmaram os comunistas, precisamos unir e organizar nossas forças para pôr abaixo o govêrno de Vargas* e substituí-lo por um govêrno democrático de libertação nacional, que liberte o país do jugo imperialista, que entregue a terra aos camponeses, assegure pão e liberdade para o povo.” (*op. cit.*, p.6, grifos nossos)

“Os acontecimentos confirmam o que disse o PCB”... Referindo-se, de maneira geral, aos acontecimentos que integram a chamada “crise de agosto” (o atentado contra Carlos Lacerda, a pressão militar e da imprensa para que Vargas renuncie etc.), o partido vê, em uma situação política que poderia sugerir novidades e deslocamentos, um reforço ao que já dizia e visualizava: uma *nação* expoliada, sujeita a golpes e que tem, tanto ao lado dos golpistas quanto ao do presidente enfraquecido, “traidores”. A UDN, principal partido de oposição a Vargas, é citada como

uma ameaça à *nação*. Vargas, por sua vez, é também projetado como inimigo e traidor dos interesses nacionais.

Já no “Projeto de Programa” publicado na revista *Problemas de fevereiro de 1954* (n.54), o partido denunciava a política de “traição nacional” que estaria sendo posta em prática por Vargas, associando-a ao “regime de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano que o governo de Vargas representa”. De acordo com o Projeto, para “libertar o Brasil” do imperialismo é preciso, antes, liquidar este regime.

O texto é bastante claro quanto ao caráter “anti-nacional” do governo:

“Realizando a política de completa alienação da soberania nacional, o governo de Vargas procura inculcar na mocidade estudantil e nos meios literários, artísticos e científicos, sentimentos de desprezo pelas tradições nacionais e de subserviência às idéias cosmopolitas e ao obscurantismo racista dos imperialistas norte-americanos” (p.14).

O presidente estaria entregando aos norte-americanos a direção política e econômica do país, apoiado pelos latifundiários e grandes capitalistas, que, por meio do governo Vargas “e com o apoio dos dólares e armas americanas, querem defender seus privilégios e impedir o progresso do Brasil”. Juntos, estariam condenando a *nação*

à miséria, ao atraso crescente, à conservação de “relações semifeudais” e à “decomposição”.

Da perspectiva asumida pelo PCB era possível, entretanto, transformar este quadro, desde que o governo de Vargas fosse substituído por um “governo democrático de libertação nacional”, liderado por operários e camponeses, apoiado por uma frente única que englobaria a pequena burguesia e a burguesia nacional e, enfim, todos aqueles que se propusessem a defender a *nação* dos “traidores” aliados ao inimigo norte-americano (entre eles, ressaltamos, o presidente Getúlio Vargas).

Mais do que isso, as transformações já estariam a caminho:

“São imensas as forças patrióticas e democráticas que se levantam por todo o país contra o atual govêrno de traição nacional e que já compreendem a necessidade urgente de salvar o Brasil da situação calamitosa em que se encontra. À sua frente está a classe operária, que através de lutas memoráveis vem golpeando a reação e indicando às grandes massas populares, às mais amplas camadas sociais, o caminho da luta como a única saída para a situação de miséria crescente e de escravização que a todos aflige” (p.25).

Na mesma revista (*Problemas*, de fevereiro de 54), um texto de Prestes assinala a cientificidade do Programa do Partido e, com ela, o caráter inevitável da revolução no Brasil: uma revolução antifeudal e

antiimperialista, que se realizaria através da união, em torno da classe operária, de todas as forças “progressistas e nacionais do país” (p.31).

Reunidas, as observações feitas nos dão um primeiro desenho da *nação* que o PCB projetava pouco tempo antes da morte do presidente. Nela, como vimos, Vargas, associado aos interesses dos Estados Unidos da América, figura entre os inimigos nacionais.

Vejam, agora, outras formulações do partido, que circulam imediatamente após a morte de Getúlio.

Com o suicídio, o PCB proclama imediatamente que o “golpe norte-americano” havia se concretizado. No início deste item, já havíamos citado o Manifesto intitulado “Barremos o caminho à ditadura ianque”, em que o partido afirma que, “pela força das armas, os piores inimigos do povo” haviam conseguido chegar ao poder:

“O assassinio de Vargas revelou à nação a brutalidade dos métodos norte-americanos de dominação, pôs a nu a violência com que os agentes do Departamento de Estado norte-americano fazem e desfazem governos em nossa terra” (p.1).

O suicídio do presidente é, assim, qualificado pelo PCB como “golpe”. Desta vez, Getúlio deixa de ser o traidor para tornar-se a vítima da traição. Em contraposição aos culpados pela morte de Vargas (os Estados Unidos,

que procuram sabotar o presente e o futuro da *nação*), o PCB configura para si, repetidamente, o lugar de salvador, de única liderança que pode levar a pátria traída ao futuro a ela reservado.

Publicado na revista *Problemas* de outubro de 1954 (n.62), o *Manifesto do Comitê Central* (com data de 1º de setembro do mesmo ano) se dirige a “toda a nação”, posicionando-se contra o governo do então vice-presidente de Vargas, Café Filho, que assume a Presidência após sua morte. Mas, para derrubar a “ditadura terrorista” de Café Filho, o PCB apela, principalmente, aos herdeiros mais próximos de Vargas:

“Dirigimo-nos particularmente aos trabalhadores getulistas, nossos irmãos. O momento exige que trabalhistas e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que juntos lutemos em defesa das leis sociais já conquistadas.”

Na mesma revista, um outro texto, desta vez assinado por Prestes, vem reforçar os sentidos que circulam no *Manifesto*:

“A união de todos os patriotas e democratas brasileiros e, em primeiro lugar, de todos os trabalhadores, é uma *fatalidade histórica inevitável*.”

(...) Neste ensejo, dirijo-me pessoalmente aos trabalhadores getulistas, a todos os trabalhadores honestos, e estendo-lhes fraternalmente a

mão. Deixemos de lado ressentimentos que possam haver entre nós, comunistas e trabalhistas, para colocar acima de tudo os supremos interesses da pátria e do povo. (p.11)”

O partido reafirma: “estende as mãos” a todos os *patriotas*. E os *patriotas* se constroem, como antes da morte de Vargas, em oposição ao inimigo norte-americano (são os brasileiros que lutam contra a “venda do Brasil aos trustes norte-americanos”, a favor da Constituição e das “liberdades democráticas”). Mas, se antes os *patriotas* se opunham a Vargas, agora, com o suicídio, esta figura se desloca. Os *patriotas* passam a estar ao lado do presidente morto, reconhecendo sua morte como um sacrifício pela *nação*.

A morte desloca o lugar de Vargas na *nação* que o PCB projeta. De traidor, ele passa a vítima de uma situação que o partido já-dizia. Preservam-se, entretanto, as características da *nação* projetada e, com elas, a necessidade de união *nacional*, sob a liderança dos comunistas, contra o inimigo estrangeiro. Mantém-se, ainda, o lugar construído para o/pelo partido nesta *nação*. O acontecimento, com todo seu potencial de novidade, é, assim, configurado como um reforço e uma confirmação a uma história já-enunciada pelo PCB.

Migremos, agora, para o ano de 1955. Vejamos como, **passado um ano**, o PCB significa o episódio **da morte de Vargas**.

Na primeira página do jornal *Voz Operária* de 20 de agosto de 1955, há, em um texto assinado por Prestes, uma reincidência do referente “o 24 de agosto”, que aparece acompanhado de *golpe militar*, *camarilha golpista* (“que assaltou o poder em...”) e *minoría reacionária* (“que assaltou o poder em...”).

Na página 5 deste mesmo jornal, um texto intitulado “Um ano de govêrno Café Filho-Juarez”, acompanhado do subtítulo “Unem-se as fôrças majoritárias do país para derrotar o grupo de 24 de agôsto”, nos diz:

“O govêrno do sr. Café Filho completa o seu primeiro e único ano de existência. A 24 de agôsto de 1954 o Presidente Vargas era deposto e levado à morte por uma camarilha de conhecidos generais fascistas e políticos do mesmo quilate, articulados pelo embaixador dos Estados Unidos Kemper e outros agentes dos imperialistas norte-americanos em nosso país. O golpe fôra anunciado pelos jornais dos trustes ianques e a carta-testamento de Vargas mostrou a milhões de brasileiros a truculência da intervenção norte-americana em nossos assuntos internos que acabara de se consumir”.

Destacando que o Partido Comunista teria se colocado à frente da “resistência popular à intervenção norte-americana” e liderado a união em prol da “defesa da soberania nacional”, o texto afirma que “os fatos

confirmaram as advertências do PCB”. Em seu primeiro e único ano de existência, o governo Café Filho teria mostrado “a que veio”, caracterizando-se como um governo “visceralmente antioperário”.

Como vimos, o conjunto de formulações ora citado foi enunciado pelo PCB em três momentos: alguns meses antes da morte de Getúlio, imediatamente após sua morte e, ainda, um ano após o episódio. Comparando os enunciados que o partido coloca em circulação nesses três momentos, temos que:

	Antes da morte de Vargas	Imediatamente após a morte de Vargas	Um ano após a morte de Vargas
a nação	traída, explorada, ameaçada e em estado de “decomposição”, precisa superar sua condição de subordinada ao imperialismo para atingir o futuro que a aguarda: grandeza e soberania (no presente, a <i>nação</i> é lucro para o inimigo/estrangeiro, dificuldades de sobrevivência para os <i>nacionais</i>)		
Vargas	traidor (aliado dos EUA e dos partidos “das classes dominantes”)	vítima da dominação do país pelos EUA (não permitiu aos EUA que agissem como queriam. Morreu “assassinado” pelo inimigo)	
o inimigo	imperialismo norte-americano e seus agentes nacionais		
a solução	união nacional, sob a liderança do Partido Comunista do Brasil (c/ queda do gov. Vargas)	(com a queda do governo Café Filho) (a união é solução, mas é também fatalidade histórica)	

No quadro acima, visualizamos o movimento predominante nas formulações do PCB. O partido configura a morte de Getúlio, ao mesmo tempo, como possibilidade de *ruptura* e como *repetição* de práticas anteriores. *Ruptura* no sentido de que seria uma lição para o país, um desvelamento (a partir dela, seria impossível encobrir a realidade já-enunciada pelos comunistas). *Repetição* no sentido de que seria apenas uma reposição de relações de poder históricas, que o partido já teria apontado e desvendado: a morte de Vargas é, nesse sentido, nada mais que um elemento legitimador de sentidos já-enunciados pelos comunistas.

No quadro, algumas posições se alteram com a morte do presidente. O traidor passa a ocupar o lugar de vítima de uma traição. Isso não é suficiente, entretanto, para deslocar os sentidos que predominam nas formulações do PCB. Uma mesma *nação* permanece projetada para além da morte de Vargas. Nesta dinâmica discursiva, o potencial de novidade de um acontecimento como este é silenciado. Negam-se sentidos outros, subordinando o “novo” aos sentidos predominantes no discurso do partido: os de uma história nacional que, projetada, possibilitasse a constituição de um *lugar de poder* para os comunistas.

Mas deixemos por alguns instantes as formulações do PCB. Vejamos como o suicídio do presidente é incorporado a um outro discurso, o daquela

que denominamos “imprensa de referência”, procurando perceber semelhanças e diferenças entre as *nações* que foram, então, enunciadas.

(RE)LENDO O FATO: COM A PALAVRA, A IMPRENSA...

Nos meses anteriores à morte do presidente e, principalmente, durante a chamada “crise de agosto”, os jornais e revistas que analisamos falam, com maior ou menor ênfase, da crise governamental e da perda de liderança de Vargas. No caso dos jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, o que poderia ser um noticiário “sobre” problemas políticos transforma-se em pedido de renúncia e, não tão veladamente, em campanha a favor de um golpe militar para destituir o presidente de sua função.

Antes da morte, Getúlio é repetidamente chamado de “ex-ditador” pelo *O Estado de S. Paulo*, que fala dos “malefícios” praticados pelo presidente e da “política dissolvente da coesão social” que seria chefiada pelo seu ministro do Trabalho, João Goulart. Juntos – e por meio de sindicatos transformados em “núcleos de masorca” –,

os dois estariam criando possibilidades para que o país se transformasse em uma “república sindicalista”.

No dia 03 de julho de 1954, este jornal destaca que a única coisa importante para Vargas é “o desenvolvimento de suas atividades demagógicas através de conflitos de classes, cada vez mais intensos e mais nocivos”. E alerta:

“(…) até no seio das Forças Armadas fez s. exa. penetrar o veneno da sua demagogia. Tudo culminou com a colocação de oficiais comunistas à frente de comandos importantes.

A obra de desagregação democrática e nacional encetada por s. exa. continuou, como se vê, sem interrupção.” (p.3)

O governo figura, assim, como elemento desagregador da *nação*, da democracia e da paz social (já que incitaria a luta de classes no país). O comunismo aparece, como na citação acima, para reforçar os perigos que o governo Vargas estaria oferecendo ao Brasil.

“Vargas chegará ao fim do governo?”. Esta é a pergunta que parece ter ressonância em diversos discursos naquele momento. Publicada como título de uma reportagem na revista *Manchete* de 3 de julho de 1954, esta questão remete, segundo a revista, à “história do golpe, a história de sempre, a terrível história da nossa república getuliana” (p.20). E, no dia 17

do mesmo mês, em um perfil de Vargas publicado sob o título “O presidente por dentro”, a revista parece procurar respostas possíveis para a questão então colocada. Vargas, diz o texto, “fez do poder tôda a razão da sua vida”; “Vargas ama o poder, e o poder é o seu cárcere” (p19).

Conforme avançamos pelo mês de julho e entramos no mês de agosto, os ataques ao governo vão sendo reforçados nas páginas de *O Estado de S. Paulo*. O que antes era caracterizado como “desgoverno”, passa a ser “ditadura disfarçada” e “regime de terror”.

No *Correio da Manhã*, nos meses de julho e, principalmente, agosto, a palavra-chave é “crise”. Segundo o jornal, a *nação* estaria atravessando, angustiada, uma crise econômica, política e moral. “Sobretudo moral” (17/08/54, p.2).

Ocorre, então, o atentado contra Lacerda. Estes jornais atribuem o atentado, desde o início, direta ou indiretamente, ao governo, seja porque o “desgoverno” teria gerado um clima de insegurança e impunidade no país, seja pelo envolvimento, no crime, de pessoas próximas a Vargas, que, “fora das águas turvas da política em que está acostumado a nadar, não vê coisa alguma”. O crime figura como a crise mais grave pela qual o governo já teria passado⁴³. Com ele, aumentam as justificativas das quais os jornais lançam mão para pedir o afastamento do presidente.

⁴³ É interessante notar que esta figuração da crise aparece, de maneira bastante próxima à que aqui apontamos, em trabalhos acadêmicos que se referem à “crise de agosto” como um “núcleo” explicativo do suicídio de Vargas. Notamos, por exemplo, que esta denominação “crise de agosto” já aparecia na imprensa da época, sendo, posteriormente, adotada pelos estudiosos do período.

Na edição que vai às bancas no dia 24 de agosto, produzida antes da novidade que marcaria a data, o *Estado* defende a saída imediata de Vargas e pede que “as tropas armadas convençam o chefe da Nação de que deve abandonar o cargo”:

“É exato que há um período certo para o exercício do mandato de presidente e que, dentro desse período, deve ser mantido no cargo. Mas quando se torna incompatível com o sentimento nacional, não há porque assegurar-lhe o exercício do mandato até o fim.

(...) A Nação não pode compreender que se garanta o exercício da Presidência a um homem cercado dessa gente aguardada pela Penitenciária e que nada faz para restaurar o prestígio perdido perante a opinião pública” (p.3)

Faz parte deste mesmo editorial um trecho já citado por nós, em que os militares são acusados de, por um “falso sentimento legalista”, defender a permanência do presidente, “sacrificando a Nação para salvar um homem que só tem procurado aviltá-la”.

Vemos, portanto, a constituição de uma rede de sentidos em que o *sentimento nacional* é chamado a justificar a oposição a Vargas e, mais que isso, sua saída do governo. Também nela, situamos o seguinte enunciado, parte de um editorial publicado pelo *Correio da Manhã*, já no dia 17 de agosto:

“há uma consciência constitucional – que é a consciência da nação – e que se mantém soberana para além do que a Constituição pode exprimir”. (p.2)

Esta “consciência”, a “consciência do homem comum de todo o Brasil”, é que estaria impondo, segundo o jornal, a renúncia do presidente. Também nos dias 22 e 23, são as “determinações do sentimento nacional” que justificam e impõem a saída de Vargas da Presidência.

Antes, no dia 21 de agosto, o jornal *Correio da Manhã* publicava um editorial que merece ser citado. Nele, destacava que a crise pela qual o país estaria passando é, mais do que nacional, uma crise internacional. E explicava:

“Ninguém parece lembrar-se que o Brasil vive no mundo. Somos a maior nação latina, a mais povoada, a unidade mais importante de um continente.

(...) No momento atual, não são apenas os imperativos nacionais que exigem a renúncia do Presidente; são também, e pelo menos no mesmo grau, as irrecorríveis exigências do conceito que nos é indispensável manter entre tódas as nações”. (p.4)

Caracterizado o caráter internacional da crise – e, com ele, a importância da *nação* brasileira –, Vargas figura, no editorial, como o “símbolo personalizado do Brasil perante o mundo”. Mas um símbolo

destituído de seu “poder de simbolização”. Ao Brasil, ficaria a imposição de restaurar esta capacidade de simbolização afastando o presidente, que não mais a detém.

Com os enunciados reproduzidos, percebemos uma configuração da *nação* como o elemento justificador da política que o jornal enuncia. Nesta política, é possível a destituição de um presidente “pela democracia”, em nome dos “sentimentos nacionais”. Nela, a *nação* se contrapõe à “luta de classes”, à falta de “coesão social”. Vargas é, também aqui, ainda que com nuances diferenciadas em relação às formulações do PCB, um “inimigo” da *nação*.

Vejamos, agora, como esses sentidos se (re)formulam após a morte do presidente.

Com a morte de Vargas, o *Correio da Manhã*, por exemplo, refere-se ao “desfecho trágico” da situação que vinha narrando como a um recomeço: a história das grandes *nações* seria marcada pelo sofrimento. O Brasil não pode, segundo o jornal, “parar” por conta desta morte. “Há acontecimentos que interrompem inevitavelmente a vida rotineira de uma *nação*”, diz, em editorial, no dia 26 de agosto. Mas há também atividades que não podem, de maneira alguma, serem interrompidas. “Não se pode, em circunstância alguma, interromper o trabalho dos médicos e enfermeiros nos hospitais. Pois os doentes continuam doentes. E doente também está o Brasil” (p.4). A doença seria a “febre econômica” e a

“arritmia da circulação monetária”, gerando o que é visto como o pior dos efeitos, o desrespeito à propriedade.

Em *O Estado de S. Paulo*, a morte de Vargas, seguida de sua substituição por Café Filho, é configurada como uma “renovação política” que deve ser apoiada por “todos os brasileiros que raciocinam, que amam a sua terra e que detestam a exploração do homem pelo homem”.

Assim, a “doença” de que fala o *Correio* – com seu principal efeito, o desrespeito à propriedade – parece ser diagnosticada também pelo *Estado* que, em editorial no dia 25 de agosto, propõe:

“O Brasil não deve ser uma terra onde os ricos não se preocupam com a sorte dos pobres e onde os homens de trabalho vivam sem esperanças de melhor sorte, em face de uma plutocracia insensível, só preocupada com a acumulação dos seus bens. Pela boa índole do povo e pelos sentimentos de justiça que sempre nos animaram, temos tudo em mãos para associar definitivamente, na mais estreita das comunhões, o trabalho e o capital, de modo que nos vejamos libertados dos extremismos tanto da esquerda quanto da direita.” (p.3)

Em meio a enunciados como estes, alguns culpados vão sendo apontados. E quem seriam eles? Vermelhos-comunistas-baderneiros-bolcheviques-estrangeiros. É assim que o “novo inimigo” é objetivado nas

páginas dos jornais e revistas que analisamos, em seu esforço de configuração da morte de Vargas.

Os comunistas assumem, então, o papel de inimigos da *nação*. Não como culpados pela morte do presidente, que agora movimentava as massas. Mas como aqueles que, enquanto “estrangeiros”, permitem a (re)colocação da *nação* então enunciada. Assim, se, enunciada pela imprensa, a *nação* é “ordem”, o comunismo é a “desordem” a ser combatida. Isto ocorre no momento em que a oposição anterior (que tinha, de um lado, a *nação* e, de outro, o “desgoverno” personificado por Vargas) não é mais possível diante da novidade do suicídio e da comoção popular que ele suscita.

A revista *O Cruzeiro*, nos dias 4 e 11 de setembro de 1954, dedica várias páginas às manifestações populares que se seguiram à morte de Vargas. Nestas reportagens, é nítida a oposição de que falávamos acima.

No dia 4, *O Cruzeiro* fala do que seria um plano comunista para tomar o Brasil. Ao leitor, são lançadas chamadas como estas:

“Profissionais da confusão tentaram explorar e desvirtuar o justo sentimento do povo, insuflando-o à depredação e contra as Forças Armadas”;

“Os bolchevistas aproveitaram-se do sentimento popular, pretendendo desviá-lo e implantar a anarquia”;

“Os manifestantes pretendiam somente acompanhar o esquife do Presidente Vargas, trágicamente morto. E os comunistas fizeram confusão”;

“Insuflando a massa, os comunistas pretendiam fazer com que a violência fôsse usada e houvesse baderna em toda a cidade. Objetivo que fracassou” (p.116-118)

Assim, em meio àquele que seria o verdadeiro sentimento nacional, a polícia teria feito uma descoberta: “a subversão da ordem atendia a um plano esquerdista”. Segundo a reportagem, assinada pelo jornalista Ubiratan Lemos, o Rio de Janeiro estaria recebendo comunistas de todo o Brasil, treinados para instaurar a desordem, criar uma guerra civil e instalar uma ditadura no estilo soviético. Diz, ainda, ter informações de que o “líder vermelho” Luís Carlos Prestes estaria nas proximidades da cidade “e apareceria no dia D, caso vingasse o plano de Moscou”. E mais: a certeza de que o “dedo de Moscou” dirigia o “quebra-quebra” teria vindo com os ataques à embaixada norte-americana e a departamentos da *Standard Oil*.

A polícia e o Exército teriam, entretanto, impedido a realização dos supostos planos de Moscou e estabelecido a ordem (que, ressaltamos, é tida como uma tendência natural das manifestações, caso nelas não se tivessem infiltrado os comunistas e sua baderna). “E desde que as tempestades políticas não diferem muito daquelas que enfurecem os

oceanos – massas de água sem governo – esta também teve a sua calmaria”, diz a reportagem, finalizada com um pedido a Deus: “que a tranqüilidade outra vez se instale no seio do povo e de seus governantes”.

Na *Cruzeiro* do dia 11 de setembro, lemos mais sobre o assunto. Novamente, em meio a matérias sobre as manifestações, o “comunista” é o inimigo.

O título “Explorando a morte de Vargas” (p.51) fala de como os comunistas seriam responsáveis pelo quebra-quebra e esclarece: não são os norte-americanos os culpados pela morte do presidente, como dizem os “baderneiros”, que querem o “sangue do povo”, mas, sim, a “camarilha corrompida em torno do presidente”. Os comunistas são acusados também de, com a desordem, comprometer “a dignidade do sacrifício” de Vargas.

A reportagem faz a seguinte observação:

“Antes da morte do presidente Vargas, o jornal comunista ‘Imprensa Popular’ havia dito que ‘o filho de São Borja estava vendido ao imperialismo americano’. Curioso é que depois de sua morte os vermelhos tenham tão repentinamente mudado de opinião, resolvendo chorar ao lado do povo sentimental a morte do sr. Getúlio Vargas”.

E finaliza com uma afirmação de que a verdade prevaleceria: a UDN e o jornalista Carlos Lacerda não podiam ser culpados pela morte do presidente.

Como nos enunciados acima, no jornal *Correio da Manhã* o inimigo é o mesmo: o comunismo. À ordem e tranqüilidade com que a *nação* teria recebido a morte do presidente, contrapõe-se a “baderna” comunista, “estrangeira”.

O editorial abaixo, publicado no dia 25 de agosto de 1954 e intitulado “Agitação comunista”, merece atenção:

“Em contraste com a manifestação sóbria e digna do povo brasileiro ante os acontecimentos que presenciamos e temos vivido nas últimas horas – os comunistas procuram abrir caminho para a agitação e a desordem. (...) Das notícias que nos chegam de alguns Estados, como o relato de incêndios e depredações, verifica-se logo a côm e a fonte dos agitadores, inclusive na correlação de terem sido visadas, principalmente, a sede da Embaixada dos Estados Unidos nesta capital e de consulados americanos em outras cidades.

Desde o começo da crise os comunistas se puseram alertas em todo o país para tirar partido da situação e provocar movimentos subversivos. Empenham-se em dividir, tumultuar e agitar, criando antagonismo e estimulando ódios para a abertura de uma frente de desordem, a única que lhes convém como programa de aproveitamento de desgraças públicas em favor dos interesses de uma potência estrangeira”. (p.4)

Caracterizada como “indiferente aos sentimentos nacionais”, “calculista e fria”, “foco provocador de revolta e desespero”, a presença dos comunistas é apontada pelo editorial como “a mesma de sempre”. Por outro lado, o “sentimento nacional” é caracterizado pela compreensão e pelo esforço para fazer com que o país saia, com vitalidade, de uma “crise tão profunda”. Destacamos, ainda neste editorial, o seguinte enunciado:

“esta é uma crise nacional, brasileira (...). Não há lugar nos acontecimentos para um partido estrangeiro, nem para as suas provocações de agito e desordem”.

A “baderna” é noticiada, do mesmo modo, pelo *O Estado de S. Paulo* e pela revista *Manchete*. As manifestações teriam sido desvirtuadas por elementos comunistas. Mas, a eles, como dissemos, contrapõe-se a “ordem” popular. Como nos diz o *Correio*, em sua edição do dia 27 de agosto, a austeridade teria sido a verdadeira marca das manifestações, mostrando a “consciência democrática” e a “maturidade” do brasileiro. O povo, destaca o jornal, se revelou “excelente matéria-prima, acima de qualquer pessimismo, desde que tratada por autoridades

capazes de aproveitar-lhes os valores num sentido construtivo, e não no da exacerbação do conflito de classes”(p.4).

No conjunto de enunciados acima, que circulam na imprensa após a morte de Vargas, é possível verificar que os “comunistas” são objetivados dentro de uma mesma rede de sentidos. Nela, são contrapostos à *nação* que chora a perda de Vargas.

Ao presidente, que antes figurava como “inimigo”, o sacrifício da morte é a chave que dá entrada à *nação* então enunciada pela imprensa. Fora desses limites estaria o “outro”, o comunismo.

Contra o *nacional* (a ordem, a sobriedade, a cordialidade, a índole pacífica do brasileiro), está o estrangeiro comunista (agitação, desordem, tumulto, ódio). É este o antagonismo que predomina na imprensa de referência, caracterizando o comunista como inimigo da *nação*. Nas teias deste imaginário, uma identidade nacional possível vai se constituindo em relação ao inimigo, o comunista. Aqui, o par comunismo/comunistas materializa a antinção, isto é, tudo aquilo que, à margem de uma identidade nacional projetada, assegura seus limites.

Estudando a constituição do imaginário sobre os comunistas na imprensa, no período de 1922 a 1989, Mariani (1998) verifica que predominam, durante todo o período, imagens do comunista como o inimigo da *nação*. Mais ainda, o comunismo, como categoria objetivada pela imprensa, constitui uma impossibilidade histórica: não faz parte do “possível” da *nação* projetada por

esta imprensa. “O comunismo é o outro, a diferença necessária para a constituição do mesmo”, diz a autora.

Segundo Mariani, “aos comunistas estão associados o estrangeiro, o comunista russo (e, mais recentemente, o chinês e o cubano), ou melhor, a revolução russa e a barbárie com que foi descrita”. O comunismo se constitui, então, como um sentido impossível de ser formulado na formação discursiva⁴⁴ que a autora aponta como predominante no discurso da imprensa:

“Ele [o comunismo] não pode ser acontecimento no Brasil. Ao mesmo tempo, o comunismo foi o sentido necessariamente dito, em certas condições, para que, uma vez negado, mais se pudesse afirmar positivamente a brasilidade na forma de seus diferentes mitos evocados pela imprensa: a cordialidade, a índole dócil, a religiosidade cristã, o apego à moral e aos bons costumes, a defesa da propriedade e da família etc. A imprensa, desta forma, contribui na construção de uma ‘verdade local’ (os mitos da brasilidade) invocando um inimigo universal, nomeado comunismo (...). Definir o outro-comunista (quer genérico, quer localizado ‘concretamente’ nos russos, quer ‘infiltrado’ no Brasil) através da posição do ‘eu mesmo brasileiro’ possibilita, então, a reafirmação da identidade nacional” (1998; p.229).

⁴⁴ O conceito de formação discursiva, utilizado por Mariani, remete a Pêcheux (1990).

Nas formulações presentes nos jornais e revistas que analisamos, verificamos a predominância dos mesmos sentidos apontados por Mariani. O comunista é o inimigo em relação ao qual é possível afirmar uma identidade para a *nação*.

Dito isto, passemos a uma comparação entre as *nações* que se configuram, diante da morte de Vargas, nos dois discursos que por ora nos interessam.

2.3. O PCB E A IMPRENSA: A NAÇÃO EM DOIS DISCURSOS

No momento em que o PCB assume o lugar de enunciador, coloca em circulação vozes e possibilidades de sentido que são silenciadas nas páginas da imprensa de referência. Outros inimigos, para uma outra *nação*. Uma outra história.

Vimos que, tanto no discurso da imprensa quanto no do PCB, Vargas figura como *inimigo nacional*, antes do 24 de agosto. Após sua morte, o presidente é transportado para o interior dos limites das *nações* então enunciadas.

Podemos, primeiramente, identificar um **movimento similar de incorporação do acontecimento** às estruturas dos dois discursos: a novidade da morte e, com ela, a da comoção popular forçam, do “exterior” do discurso, alterações em sua estrutura. Neste movimento, “exterior” e “interior” integram a dinâmica discursiva pela qual o acontecimento se investe de sentidos. Verificamos, nesta dinâmica, a mobilidade de uma estrutura discursiva que não se mantém fixa para além de novidades social e historicamente potencializadas.

É esta dinâmica que possibilita que Vargas, morto, passe a justificar o *sentimento nacional*. O mesmo sentimento que, anteriormente, era uma justificativa política para sua saída do poder.

Para o PCB, lembramos, era para o bem da *nação* (a qual Vargas estaria traindo ao conciliar-se com seu principal inimigo, o imperialismo norte-americano) que o presidente deveria deixar o cargo. A mesma figura que antes era assimilada ao inimigo norte-americano, toma-se, com a morte, sua vítima, em uma (re)formulação que permite ao presidente adentrar a *nação* projetada pelo partido.

Para os jornais e revistas que analisamos, era também para e pela *nação* que a renúncia (ou o golpe) se impunham: a crise nacional e moral, relacionada ao “desgoverno” de Vargas, traria o pior dos males, o desrespeito à propriedade. Como a *nação* era, aí, caracterizada pela cooperação entre as classes e pela ordem, o presidente (personificando os males que a ameaçavam) não mais possuiria representatividade nacional e “poder de simbolização” perante outras nações. Uma vez morto, passa, no entanto, a integrar a história nacional, com seus dramas e tragédias.

Desloca-se o lugar reservado a Vargas, que corporificava, antes de sua morte, tudo o que ameaçava a *nação* (para o PCB, o imperialismo norte-americano; para a imprensa, conflito entre classes). Este é o movimento que identificamos nos dois discursos, embora, em um, o

“comunismo” passe a materializar a não-nação e, em outro, o “imperialismo norte-americano” se mantenha como culpado pelas mazelas nacionais. A similaridade está, em primeiro lugar, como destacamos, no movimento de incorporação do acontecimento, que desloca e (re)significa a figura do presidente Getúlio Vargas.

Há, ainda, uma outra semelhança. Apesar da mobilidade que verificamos, pela qual os discursos se (re)formulam, tanto no discurso do PCB quanto no da imprensa a *nação* que vinha sendo enunciada permanece para além da novidade do acontecimento. Nisto, identificamos uma dinâmica comum que, no entanto, preserva *nações* e *histórias* diferenciadas.

Novidade e permanência se integram em uma mesma dinâmica, em que “sentidos outros” e “sentidos já-enunciados” se mesclam na (re)significação da morte do presidente. Ainda assim, a permanência de sentidos predomina em relação a deslocamentos que poderiam ter ocorrido. O discurso se (re)formula, mas envolve a novidade nas teias do já-enunciado.

No discurso do PCB, a *nação* permanece enunciada em contraposição ao “imperialismo norte-americano”. É no interior de um jogo de sentidos em que o “estrangeiro” está presente na configuração da categoria “norte-americanos” que esta *nação* assume seus contornos. É também neste jogo de sentidos que se torna possível, aos comunistas, assumir, como enunciadore, o lugar do “nacional”.

Permanece enunciada uma *nação* que, incompleta, tem no futuro projetado pelo partido sua possibilidade de existência: é um vir-a-ser, mais do que uma situação presente. Poderíamos caracterizá-la como uma “tendência de realidade” presentificada na medida em que constitui o discurso dos comunistas então enunciado.

A *nação* comunista é promessa de uma sociedade mais igualitária, promessa de poder político ao PCB, promessa de soberania em relação aos Estados Unidos (o que, lembramos, significa alinhamento em relação à política soviética). É, sim, promessa de mudanças. Mas de mudanças preestabelecidas. Neste sentido, a novidade possível se reduz, no interior da história enunciada pelo partido, às transformações previstas. A história tem seus movimentos já enunciados: “*os acontecimentos confirmam o que disse o PCB...*” (e o que disse, com ele, a política soviética e o discurso da Internacional Comunista...). Nega-se, à história, sua instabilidade.

No discurso dos veículos de imprensa analisados, a *nação* permanece enunciada em contraposição ao que seria a desordem, o conflito social, a baderna. Antes do 24 de agosto, essas características são associadas a Vargas; posteriormente, ao comunismo. Feita esta (re)formulação, a *nação* se mantém enunciada no discurso, significando ordem, cordialidade e tranqüilidade – que *devem ser preservadas*. Aqui, a **principal diferença** em relação à *nação* pecebista. Enquanto esta última se volta para um futuro a ser atingido e representa a alteração de estruturas de poder vigentes, a

nação enunciada pela imprensa vai no sentido de uma preservação de relações de poder: o futuro é a própria tradição enunciada, que identifica o Brasil ao “mundo livre” e o brasileiro à “ordem” e à “austeridade”. É a reposição desta tradição, no presente, que reservaria ao Brasil o futuro de uma grande *nação* desenvolvida, desde que os inimigos (vistos como desvios) fossem eliminados.

A imprensa destaca os valores “democracia” e “ordem” como partes constitutivas da identidade nacional. Assim, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* pede uma solução golpista para a crise no governo de Vargas, faz o pedido em nome da ordem e da democracia – valores que se investem de futuridade pelo próprio fato de que seriam intrinsecamente constitutivos da tradição *nacional* a ser preservada. Neste quadro, a desigualdade social se traveste de “paz” e “ordem”, necessárias, também elas, ao futuro da *nação*.

A noção de “desenvolvimento” é, assim, investida de sentidos diferenciados nos dois discursos. Para o PCB, o desenvolvimento é, como a história que enuncia, preestabelecido, mas implica alteração de estruturas de poder e integra os conflitos sociais (sempre sob a égide do partido). Na imprensa, desenvolvimento e industrialização são assimilados, de modo a acentuar, preservando-as, as relações capitalistas (e desiguais) que seriam constitutivas da identidade nacional enunciada.

É interessante também notar que, nos dois discursos, há um chamado à *união nacional*, em oposição aos inimigos estabelecidos. Na imprensa, de Vargas ao comunismo, o inimigo deve ser eliminado da e pela *nação*. No discurso do PCB, o imperialismo norte-americano só seria derrotado com uma frente única antiimperialista e antifeudal.

No primeiro caso, a *nação* é um denominador comum que pode ser traduzido como dissolução de conflitos. Esta percepção corresponde aos sentidos predominantes na imprensa, pelos quais a *nação* defendida se marca por relações de poder a serem preservadas. O futuro que se vislumbrava para a *nação* estava em uma união nacional que aceitasse a desigualdade entre as classes como uma forma de *identidade* e como um fator de desenvolvimento.

No discurso comunista, a união nacional vem acompanhada da promessa de superação de uma das classes em relação às outras: o futuro nacional levaria ao poder a classe operária e, com ela, o PCB. Como, entretanto, o momento não era de pregar “transformações socialistas”, mas sim um “governo democrático” e de união nacional, vemos o *nacional* sob um prisma em que é:

1. no presente, uma condição de exploração a ser superada pela colaboração entre as classes, a qual poderia derrotar o principal inimigo da *nação* (o imperialismo norte-americano); e

2. no futuro, uma superação do momento anterior, uma luta em que uma das classes (a operária, unida aos trabalhadores rurais) sairia vitoriosa.

O partido presentifica uma *nação* (explorada e incompleta) para projetar, sobre ela, a *nação* futura (esta, sim, historicamente “completa”). No presente, a *nação* é explorada por um inimigo “estrangeiro”. Isto justificaria a união nacional (e de classes) contra este inimigo. No futuro, a *nação* se completaria seguindo os rumos que a história lhe reservaria, atingindo, então, o socialismo⁴⁵. Desse modo, a centralização do poder integra a história enunciada pelo PCB e é, mais do que isso, o objetivo sempre implícito, enquanto, mais explicitamente, o que se enuncia é a união de forças.

Um outro aspecto comum entre os dois discursos e que merece ser apontado é a associação estabelecida entre “crise” e “união nacional”. Tanto na imprensa quanto no discurso dos comunistas brasileiros, a “crise” (aquela que precede o 24 de agosto, assim como aquela que teria sido por ele instaurada) deve ser ultrapassada por um esforço conjunto da *nação*.

⁴⁵ Esta projeção remete à Terceira Internacional e a suas afirmações sobre as duas etapas através das quais os países tidos como semicoloniais chegariam ao socialismo: revolução democrático-burguesa e, então, revolução socialista. É interessante notar que o PCB assume esta percepção e, além disso, eleva o norte-americano a “inimigo nº 1”, como ditava a política soviética. Mas, nesta (re)posição de sentidos e, com eles, de uma história, é obrigado a (re)formular seu discurso e, portanto, seu lugar de enunciação, em função de acontecimentos como o da morte de Vargas. Vimos que, ainda que uma série de sentidos já-enunciados se preserve e estanque muito do potencial de novidade daquele acontecimento, isto se dá no interior de (re)formulações discursivas impostas de um “exterior” característico do jogo político do país naquele período.

Maria José Trevisan (1986), analisando o discurso da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) no final dos anos 50 e início dos anos 60, aponta, na “crise”, assim como na “industrialização”, elementos que servem a um apelo à união e, com ele, à dissolução de conflitos sociais.

Acreditamos que, nos discursos que analisamos, a “crise” seja configurada da mesma maneira. Com uma variação importante entre eles: no caso do PCB, a “crise” aparece como um fator de união nacional para superação das relações de poder vigentes (ainda que no âmbito de uma suposta revolução burguesa e não no de transformações socialistas). Já na imprensa em geral, a “crise” figura como apelo à união, mas a uma união que é, sempre, ligada à “ordem” e à preservação do que seria a paz social, a austeridade e a solidariedade nacionais (que vemos como noções que travestem, naquele discurso, o que poderia ser um apelo direto à manutenção das desigualdades sociais e econômicas).

Enunciadas diversamente nos dois discursos, as *nações* que neles se constituem têm, ainda, um outro aspecto em comum. Constituem-se em relação a um “outro” que é delas excluído, ao mesmo tempo em que é um elemento necessário ao estabelecimento de limites para a identidade nacional.

Assim, as diferenças existentes entre as referências de *nação* presentes nos dois discursos não são suficientes para que a relação sujeito-

mundo ganhe, neles, estatutos diferenciados. Explicamos: ainda que alguns elementos que sustentam a percepção que o sujeito (ocidental) tem de si mesmo e do mundo em que vive sejam desiocados (referimo-nos, por exemplo, ao fato de que a propriedade deixa de ser, no discurso dos comunistas, um elemento-chave para a definição do sujeito como “indivíduo”), mantém-se o antagonismo entre o Bem e o Mal, o Mesmo e o Outro. Este antagonismo está presente nas formulações do partido, assim como naquelas da imprensa de referência aqui destacadas. O enunciador – seja ele o PCB ou a imprensa como instituição –, ao assumir-se como tal, objetifica, simultaneamente, um “outro”, em relação ao qual se constitui como “eu”. E essa objetificação se dá, não como uma forma de reconhecimento da alteridade ou de concessão de espaço a outras vozes (e a outros sentidos possíveis), mas como uma projeção do antagonismo entre Bem e Mal. Construindo o “outro” como o Mal, negando sentido a suas vozes e silenciando-o como possibilidade, o “eu” procura fixar-se como o Bem (neste caso, a relação projetada constrói o “outro” como inimigo, como “estrangeiro”, legitimando o “eu” como o “nacional”).

O fato de que, na política do período, o “eu” ganhe relevância e legitimidade política na medida em que se identifica com o *nacional* (como demonstramos na **Parte 1**), faz com que diferentes *nações* sejam projetadas no jogo de sentidos do qual falamos. Verifica-se, então, que, assim como não há lugares fixos para o “eu” e para o “outro” (para o

sujeito que enuncia e para o outro em relação ao qual constrói para si mesmo uma identidade que pretende fixa), não há, também, contornos fixos para *a nação* ou para *a identidade nacional*.

Ao constituir-se como “eu”, em relação a um “outro” construído como inimigo, o PCB estabelece limites para o *nacional*. Fixando uma identidade nacional, procura assegurar, para si mesmo, uma identidade possível *no interior* das fronteiras nacionais. O mesmo ocorre na imprensa de referência. Ao caracterizar os comunistas como o “outro”, o “inimigo”, esta imprensa projeta uma *nação* na qual se insere, como “eu”, e, para tanto, lança o “outro” ao lugar da antinacção, da impossibilidade de sentidos.

Nos dois casos, ao constituir-se como “eu”, o enunciador toma para si a própria história, procurando garantir seu lugar no passado-presente-futuro que projeta e reservando, ao outro, não o lugar da contradição ou de um outro sentido possível, mas o lugar daquilo que *não tem sentido*. Enquanto o “eu” se constrói como aquele que enuncia *a história*, ao “outro” é negada a própria possibilidade de *ser história*, isto é, de constituir-se como realidade, de investir-se de futuridade.

Verificamos que, nas formulações do PCB, os comunistas são os *únicos* que podem conduzir a *nação* a seu destino. Este é um elemento-

chave na *nação* enunciada pelo partido: passado, presente e futuro se materializam na medida em que a futuridade possível para o nacional está na liderança comunista. É por isso que, ao assumir o lugar de enunciador, projetando uma *nação*, o PCB enuncia nada mais, nada menos, que *sua própria história*: seus projetos de poder.

Verificamos, tanto nas formulações do PCB quanto nas que, diversamente, circulam pela imprensa de referência, a presença de uma “razão autoritária” na constituição do discurso. Tomamos esta expressão de Eugênio Bucci (1993), que, analisando matérias publicadas pela revista *Veja*, faz a seguinte afirmação:

“A razão, em tal contexto, instaura-se menos como fundante do que como trucagem do discurso, não como razão propriamente dita, uma vez que *não admite a contradição*. Pode-se dizer que é uma razão que se limita a exprimir uma tese, descartando antíteses e sínteses, uma alegação que se resume a postulados. Este falseamento sistemático da razão, fluindo através do novelo que constitui a relação do veículo com seus leitores, o terreno da ideologia, constitui o que se poderia chamar de razão autoritária. Existe nela uma organização lógica dos argumentos (racionalidade aparente), sem dúvida, mas há uma finalidade última que é estranha à vocação dialógica da razão, uma finalidade de pontificar acima do bem e do mal.” (p.30)

Não poderíamos deixar de dizer, entretanto, que, assimilando essa “razão autoritária” ao discurso do PCB e àquele que predomina na imprensa de referência, não estamos nos esquecendo de que é neste último que estão enunciados os sentidos que “ficaram para a história”. O inimigo no imaginário que predomina até os nossos dias é o comunismo⁴⁶ (e não, como fica inscrito na *nação* projetada pelo Partido Comunista, o “estrangeiro norte-americano”). Isto não impede, entretanto, de localizarmos, nos dois discursos, esta “razão autoritária”, que vemos como um elemento estruturante do próprio diálogo político em que esses discursos estavam inseridos. Estruturante no sentido de que estaria impondo limites a uma política na qual os discursos aqui destacados emergem, dialogicamente constituídos. Ao mesmo tempo, sendo tomada como válida esta sugestão, é preciso considerar também que esses discursos não só se constituem no interior desta política, mas fundam seus limites na medida em que a atualizam como prática discursiva.

Na constituição de *nações* e histórias tão diferenciadas⁴⁷, verifica-se a exclusão exaustiva do “outro”. Do “outro” como opção política

⁴⁶ Cf. Mariani (*op.cit.*). A autora finaliza sua obra com a seguinte questão: “A eficácia do imaginário construído sobre os comunistas teria chegado ao fim?” (p.232).

⁴⁷ Um exercício de imaginação histórica (e por que não?) nos daria a dimensão desta diferença. Poderíamos, por exemplo, fazer uma associação entre a “ordem” então enunciada pela imprensa e o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, em campanha pela reeleição, no ano de 1998. A oposição política foi, então, descartada e objetivada como “desordem” nociva aos tão proclamados “rumos do país”. O país estaria, repetidamente, “no rumo certo”, desde que “desvios” indesejáveis, representados por qualquer perspectiva que não coincidissem com aquela enunciada pelo presidente-candidato, fossem eliminados. Neste discurso, poderíamos apontar uma “continuidade” em relação ao discurso da imprensa no período que estudamos. Seria possível, entretanto, pensar em qualquer continuidade, imaginando que se tivesse realizado, no espaço de

diversa da assumida pelo enunciador (seja ele o PCB ou a imprensa), do “outro” como os diversos sentidos históricos marginalizados para que se sobreponha a história enunciada (na perspectiva predominante em qualquer dos dois discursos).

Na contramão desta dinâmica, procuramos, durante todo este estudo, apontar para a constituição dialógica da linguagem e, com ela, da própria história: o “outro” constituindo o “mesmo”, ainda que o efeito discursivo tantas vezes alcançado seja o de um apagamento deste caráter dialógico.

Reproduzimos enunciados que constroem o discurso do PCB, comparados a outros, que constroem o discurso da imprensa, ambos materializados no momento em que o país se encontrava diante de um fato novo, a morte do presidente Getúlio Vargas, no ano de 1954. Analisando-os, expusemos a perspectiva enunciativa que assumiam e as histórias nacionais que projetavam. A tarefa que buscamos realizar foi a de, lançando mão do “excedente de visão” que nos é possível ter em relação àqueles enunciados, deslocar estas perspectivas, seja por meio da comparação, seja ressaltando o que elas excluem para se firmarem como tal.

tempo que nos separa dos anos 50, a história então projetada pelos comunistas? Arriscamos dizer que é, no mínimo, bem mais difícil imaginar esta continuidade ou, dito de outra forma, pensar que aquela história se presentificaria sem rupturas mais bruscas do que as que se registraram nas últimas décadas.

Daí a constatação, com a qual fechamos esta parte de nosso estudo: “sentidos outros”, marginalizados em favor da estabilização de *uma história*, permanecem ditos justamente por serem intrinsecamente constitutivos dos sentidos que se fizeram “reais”.

É neste espaço de confronto entre “real” e “irreal”, entre o que efetivamente “fez sentido” e o que “poderia ter feito sentido”, que, acreditamos, se insere o trabalho historiográfico. Nele, procuramos desenvolver este estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisamos a *nação* que se constitui no discurso do PCB, comparado ao discurso da imprensa, no início dos anos 50. Para tanto, observamos a maneira como esses dois discursos configuram a morte do presidente Getúlio Vargas, ocorrida em 24 de agosto de 1954, sempre atentos aos conceitos de *nação* que foram, então, enunciados.

Verificamos, no discurso dos comunistas brasileiros, a projeção de uma história nacional que (re)significa passado e presente em função de um futuro preestabelecido que reserva, ao PCB, um *lugar de poder*. Nesta dinâmica, destacamos o fato de que, enunciando explicitamente uma união de forças, o partido mantém enunciada, de maneira mais implícita, a centralização do poder. Mais do que isso: enreda o novo nas teias do já-enunciado, negando, à história, sua instabilidade.

A *nação* projetada pelo PCB é um vir-a-ser, uma promessa de que, no futuro, *nação* e história completarão seu “ciclo” por meio de transformações previstas: primeiramente, a revolução burguesa instauraria um governo “nacional-democrático” por meio de uma frente única “antiimperialista” e “antifeudal”; posteriormente, a revolução socialista conduziria o operariado (e o partido) ao poder.

Comparando este discurso ao de veículos da chamada imprensa de referência, aqui representada pelos jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* e pelas revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, verificamos, entre eles, um leque de semelhanças e diferenças que pautaram nossas análises.

Se a *nação* comunista é um vir-a-ser que implica em transformações nas relações de poder vigentes, a *nação* enunciada no discurso da imprensa também aponta para um futuro. Só que, neste caso, para um futuro constituído por uma noção de desenvolvimento intrinsecamente associada à preservação de relações de poder e, com ela, à manutenção das desigualdades sociais. A futuridade projetada é, então, a de uma reposição de tradições que fariam parte da identidade *nacional* e que são configuradas, naquele discurso, como “paz social”, “ordem” e “austeridade”: de maneira mais direta, uma suposta tradição de coesão social que implica na preservação das desigualdades.

Histórias e *nações* diferenciadas, constituindo-se em contraposição a “inimigos” também diversos. Se, para a imprensa, a “baderna” e a “luta de classes” (personificadas, antes do 24 de agosto, por Vargas e, posteriormente, pelo “comunismo”) são o “outro” da *nação*, para o PCB, este “outro” é objetivado pela categoria “norte-americanos” (assimilada, antes do 24 de agosto, à figura de Vargas).

Verificamos que a *nação* se constitui, sempre, em relação a um “outro”, o que permite a configuração de uma *história nacional* da perspectiva do enunciador. Destacamos, entretanto, que este fato não significa, nos discursos analisados, um reconhecimento de sentidos diferentes dos que enunciam, não significando, portanto, qualquer forma de reconhecimento da alteridade. Ao contrário: vemos, tanto no discurso do PCB quanto no da imprensa, uma dinâmica discursiva que exclui repetidamente o “outro”. A esta dinâmica, chamamos “razão autoritária”.

Estes são, de maneira geral, os resultados atingidos por meio da análise comparativa daqueles dois discursos. O resultado que queremos destacar aqui vai, no entanto, um pouco além das verificações citadas.

Como um todo, percebemos este trabalho como um esforço teórico-metodológico realizado a partir de estudos efetuados em dois campos: o da história e o dos estudos lingüísticos (mais especificamente, da análise do discurso).

Se, nas palavras de Pêcheux (1997), a análise do discurso “se dá precisamente como objeto explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados”, é ainda deste autor a afirmação de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tomar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (p.51).

É a este “outro” da história, das sociedades e da linguagem que procuramos estar atentos durante todo este trabalho. Reconhecendo a alteridade como constitutiva do histórico e do lingüístico, pensamos ser possível assumir uma perspectiva teórica que se dê, como objeto, um “real” instável, que surge justamente do entrelaçamento desses dois elementos.

Assim, à busca de explicar e descrever montagens sócio-históricas de enunciados, une-se a pretensão de escrever uma história que se preocupe, simultaneamente, com o “realizado” e com o que ficou “por realizar”. Com o que “fez sentido” e com os sentidos outros, que, marginalizados pelos sentidos predominantes, não deixaram, no entanto, de constituí-los.

Da teoria à prática historiográfica, pensamos deixar, como contribuição, uma perspectiva de trabalho – um “olhar” para a história – que não é puramente lingüístico ou historiográfico, mas é o resultado de uma tentativa de demonstrar, na prática, a indissociabilidade entre a linguagem e a história.

Para um próximo estudo, ficam passos indicados. Mas, mais ainda, permanece a vontade de prosseguir neste esforço de constituição de um “lugar” teórico que, ultrapassando limites disciplinares, volta-se aos conflitos, exclusões, repetições e fusões pelos quais vai-se delineando o que chamamos de história e, com ela, um conjunto de “realidades” possíveis.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. A. e LATTMAN-WELTMAN, F. (1994), *Fechando o cerco: a imprensa e a crise do 24 de agosto*. In: GOMES, A. C. (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. p.23-54. RJ, Relume-Dumará.
- ALMEIDA, L.F.R. (1984), *As redefinições do nacionalismo populista no Brasil (1930-1964)*. Dissertação de mestrado - IFCH, Unicamp.
- _____. (1990), *Estado-Nação e Ideologia Nacional*. Tese de doutorado - IFCH, Unicamp.
- _____. (1995), *Ideologia nacional e nacionalismo*. SP, EDUC.
- ANDERSON, B. (1991), *Imagined Communities (revised edition)*. NY-London, Verso.
- ANSART, P. (1981), *Pour l'analyse des sensibilités politiques*. Paris.
- ARAUJO, M.C.d'. (1982), *O segundo governo Vargas, 1951-1954 (Democracia, partidos e crise política)*. RJ, Zahar.
- _____. (1996), *Sindicatos, Carisma e poder. O PTB de 1945-65*. RJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- ARENDT, H. (1993), *A dignidade da política (ensaios e conferências)*. 2.ed., RJ, Relume-Dumará.
- AUSTIN, J.L. (1990), *Quando dizer é fazer. palavras e ação*. Porto Alegre, Artes Médicas.

- BACZKO, B. (1989), *Imaginação social*. In: *Anthropos-Homem, Enciclopédia Einaudi*, Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BAKHTIN, M. (1992) *Estética da criação verbal*. SP, Martins Fontes.
- _____. (1995) *Marxismo e filosofia da linguagem*. SP, Hucitec.
- BASBAUM, L. (1976), *Uma vida em seis tempos*, SP, Alfa-ômega.
- BENEVIDES, M.V. (1979), *O governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. 3.ed. RJ, Paz e Terra.
- _____. (1981), *A UDN e o udenismo (ambigüidades do liberalismo brasileiro; 1945-1965)*. RJ, Paz e Terra.
- _____. (1989), *O PTB e o trabalhismo*. SP, Brasiliense.
- BENVENISTE, E. (1976), "A natureza dos pronomes". In: _____. *Problemas de lingüística geral*. SP, Nacional-Edusp, p.277-93.
- BIROLI, F.M. (1997) *Memória: tempos, sujeitos, projetos*. In: CHACON, L. e POSSENTI, S. (org.). *Cadernos da F.F.C.: Análise do discurso*. v.6, n.2. Unesp/Marília.
- BOITO JR, A. (1982), *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. SP, Brasiliense.
- BORGES, V.P. (1991/1992), *História e política: laços permanentes*. In: *Revista Brasileira de História*. p.7-18, v.12, n.23/24, SP, Anpuh/Marco Zero.
- BRANDÃO, H.H.N. (1997), *Discurso e modelos de identidade política*. In: CHACON, L. e POSSENTI, S. (org.). *Cadernos da F.F.C.: Análise do Discurso*. v.6, n.2, Unesp/Marília.

- BRESCIANI, M.S.; SAMARA, E.M. et LEWKOWICZ, I. (org.). (1991/1992), *Jogos da política: Imagens, Representações e Práticas*. SP, ANPUH/Marco Zero.
- BUCCI, E. (1993), *O peixe morre pela boca* (oito artigos sobre cultura e poder). SP, Scritta.
- CAMPELO DE SOUZA, M. do C. C. (1976), *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. SP, Alfa-ômega.
- CARONE, E. (1982a), *O P.C.B. (1922-1943)*. v.I. SP, Difel.
- _____.(1982b), *O P.C.B. (1943-1964)*. v.II. SP, Difel.
- _____.(1985), *A república liberal* (evolução política: 1945-1964). n. 2., SP, Difel.
- CASTAÑEDA, J. (1994), *Utopia desarmada* (Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana). SP, Cia. Das Letras.
- CASTORIADIS, C. (1982), *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud, 2. ed., RJ, Paz e Terra.
- CERTEAU, M. (1982), *A escrita da história*. RJ, Forense Universitária.
- _____. (1988), "A operação histórica". In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História: novos problemas*. RJ, Francisco Alves.
- CHAUÍ, M.; FRANCO, M.S.C. (1978), *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC.
- CLAUDÍN, F. (1985), *A crise do movimento comunista* (A crise da Internacional Comunista). v.1. SP, Global.

- _____. (1986), *A crise do movimento comunista (O apogeu do stalinismo)*. v.2. SP, Global.
- CORRÊA, M.L.G. (1994a), *Questões de linguagem: notas sobre jornalismo, história e lingüística*. Alfa, v.38, p.129-141, SP, Ed. da Unesp.
- _____. (1994b), *Leitura e produção de textos: processos interferentes*. Cadernos de Estudos Lingüísticos XXIII: Anais de Seminários do GEL, Ribeirão Preto, SP, v.1, p.104-110.
- _____. (1997) A heterogeneidade na constituição da escrita: complexidade enunciativa e paradigma indiciário. In: *Cadernos da F.F.C.* (Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp), v.6, n.2.
- DECCA, E.S. (1994), *1930: O silêncio dos vencidos (memória, história e revolução)*. 6. ed. SP, Brasiliense.
- DEUTSCHER, I. (1968), *Ironias da história: ensaios sobre o comunismo contemporâneo*. RJ, Civilização Brasileira.
- DÓRIA, C. A. (1998), O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: QUARTIM DE MORAES, J. *História do marxismo no Brasil*. v.III (Teorias e interpretações). p.201-244. Campinas, SP, Ed. da Unicamp.
- EDELMAN, M. (1991), *Pièces et règles du jeu politique*. Éditions du Seuil.
- ENGELS, F.; MARX, K. (1977), A burguesia e a contra-revolução. *Textos*, 3 vols, Edições Sociais, São Paulo, 3º vol., p.48-51.
- FALBEL, N. (1983), "Os fundamentos históricos do romantismo". In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. p.23-50, SP, Perspectiva.

- FOUCAULT, M. (1979), *Microfísica do Poder*. RJ, Graal.
- _____. (1986), *A Arqueologia do saber*. 2.ed. RJ, Forense Universitária.
- _____. (1996), *A Ordem do Discurso*. SP, Loyola.
- _____. (1997), *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*.
trad. Andréa Daher, RJ, Jorge Zahar ed.
- GELLNER, E. (1981) *Nacionalismo e Democracia*. Brasília, Ed. da UnB.
- _____. (1983), *Nations e nationalism*. Oxford, Basil Blackwell.
- GERALDI, J. W. (1991), *Portos de passagem*. SP, Martins Fontes.
- _____. (1996), *Convívio paradoxal com o ensino da leitura e escrita*.
Cadernos de Estudos Lingüísticos, n.31, p.127-144, Campinas.
- GINZBURG, C. (1989), *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*.
SP, Cia. das Letras.
- _____. *Unus Testis*. O extermínio dos judeus e o princípio de realidade.
Tradução de Henrique E. R. Lima Filho. Não publicado.
- GIRARDET, R. (1987), *Mitos e mitologias políticas*. S.P., Cia. das Letras.
- GIDDENS, A. (1987), *The nation-state and violence*. Cambridge, Polity Press.
- GIL, J. *Nação*. (1989), In: Enciclopédia Einaudi, v.14: Estado-Guerra, p.276-
305, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- GOMES, A.C. (org.). (1994), *Vargas e a crise dos anos 50*. RJ, Relume-Dumará.
- GUINSBURG, J. (1993) "Romantismo, historicismo e história". In: *O Romantismo*. p.13-21, SP, Perspectiva.

- HOBBSAWN, E. (1980), "Nacionalismo e marxismo". In: PINSKY, Jaime (org.): *Questão nacional e marxismo*. SP, Brasiliense.
- _____. org. (1987), *História do marxismo*. v. 6-11, SP, Paz e Terra.
- _____. (1990), *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. RJ, Paz e Terra.
- _____. (1998), *Sobre História*. SP, Cia. das Letras.
- IANNI, O. (1968), *O colapso do populismo no Brasil*. RJ, Civilização Brasileira.
- _____. (1975), *A formação do Estado populista na Am. Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1986), *Classe e nação*. Petrópolis, Vozes.
- IMBERT, G. (1992), *Los escenarios de la violencia; conductas anómicas y orden social en la España actual*. Barcelona, Icaria.
- KOHN, H. (1949), *História del nacionalismo*. México, Fondo de cultura económica.
- _____. (1963), *A era do nacionalismo*. RJ, Fundo de Cultura.
- LAUERHASS JR., L. (1986), *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. BH, Itatiaia.
- LEFORT, C. (1979), *As formas da história*. SP, ed. Brasiliense.
- _____. (1991), *Pensando o político*. RJ, Paz e Terra.

- LEITE, D.M. (1954), *Caráter nacional brasileiro*: descrição das características ideológicas do brasileiro através de ideologias e estereótipos. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Boletim nº 230, Psicologia nº 7, SP.
- LEITE, R.C. (1983), *Quem tem medo do nacionalismo?* SP, Brasiliense.
- LENHARO, A. (1986), *Sacralização da política*. 2.ed., Campinas, Ed. da Unicamp.
- LEOPOLDI, M. A. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, A. C. (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. p. 161-203. RJ, Relume-Dumará.
- LIMA, M.E. (1990), *A construção discursiva do povo brasileiro*: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas. Campinas, SP, Ed. da Unicamp.
- LONER, B.A. (1985), *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto*. Dissertação de Mestrado - IFCH, Unicamp.
- MARIANI, B. (1993), "Os primórdios da imprensa no Brasil" (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. (org.), *Discurso Fundador*. Campinas, Pontes, p.31-42.
- _____. (1998), *O PCB e a imprensa* (Os comunistas no imaginário dos jornais; 1922-1989). SP, Ed. Revan/Ed. da Unicamp.
- MARSON, A. (1979), *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. SP, Duas Cidades.

- MATOS, A. (1963), *Em agosto Getúlio ficou só*. Publicação do Centro Popular de Cultura da UNE. RJ, Edições Protempo.
- MORAES LEITE, L.C. (1994), *O foco narrativo*. SP, Ática.
- MOTTA, M.S. (1992), *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Ed. da Fundação Getúlio Vargas - RJ, CPDOC.
- MUNAKATA, K. (1981), *A legislação trabalhista no Brasil*. SP, Brasiliense.
- NEVES, L.A. (1997), *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. In: Toledo, C.N.de (org.). *1964: Visões críticas do golpe*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- OSAKABE, H. (1979), *Argumentação e discurso político*. SP, Kairós.
- PANDOLFI, D. (1995), *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. RJ, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho.
- PÊCHEUX, M. (1990), *Análise automática do discurso*. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- _____. (1997), *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2.ed. Campinas, SP, Pontes.
- PÉCORA, A. (1989), *Problemas de redação*. 3.ed. SP, Martins Fontes.
- PERELMAN, C. (1970), *Le champ de l'argumentation*. Bruxelas, PUB.
- PEREIRA, A. (1962), *A formação do PCB*. RJ, Vitória.

- PINSKY, J. (org.). (1980), *Questão nacional e marxismo*. SP, Brasiliense.
- PINTO, Á.V. (1959), *Ideologia e desenvolvimento nacional*. RJ, ISEB.
- _____. (1972), O entorpecimento do nacionalismo e suas conseqüências.
In: FERNANDES, F. *Comunidade e Sociedade*. SP, Ed. Nacional -
Ed. USP, p.572-587.
- POSSENTI, S. (1996), O *dado* dado e o dado dado (O dado em análise do discurso). In: CASTRO, M.P.(org.) *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- PRADO Jr., C. (1966), *A revolução brasileira*. 2.ed. SP, Brasiliense.
- QUARTIM DE MORAES, J. (1998), Concepções comunistas no Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954). In: *História do marxismo no Brasil*. v.III (Teorias e interpretações). p.161-200. Campinas, SP, Ed. da Unicamp.
- RODRIGUES, L.M. (1983), O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização* (v.10: O Brasil Republicano, sociedade e política; 1930-1964). 2.ed. SP, Difel.
- ROSSOLILLO, F. (1995), Nação. In: BOBBIO, N. *Dicionário de política*. v.2., 7.ed., Brasília, Ed. da UnB.
- SANTOS, J.F. (1998), *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. 4.ed. RJ, Record.
- SHELLING, V. (1991), *A presença do povo na cultura brasileira*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp.

- SEGATTO, J. A. (1995), Ideologia, política e revolução. In: *Comunistas e comunismo*. Cadernos AEL. n.2. Campinas, Gráfica IFCH.
- _____. (1995b), *Reforma e revolução (As vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964)*. RJ, Civilização Brasileira.
- SKIDMORE, T. (1976), *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 5.ed. RJ, Paz e Terra.
- SODRÉ, N. W. (1983), *História da imprensa no Brasil*. SP, Martins Fontes.
- SPINDEL, A. (1980), *O Partido Comunista na gênese do populismo: análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra*. SP, Símbolo.
- TOLEDO, C. N. (1977), *ISEB: Fábrica de Ideologias*. SP, Ática.
- _____. (1993), *O governo Goulart*. 13.ed. n.48. SP, Brasiliense.
- _____. (1997), A democracia populista golpeada. In: *1964: visões críticas do golpe*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- _____. (1998), Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In: QUARTIM DE MORAES, J. *História do marxismo no Brasil*. v.III (Teorias e interpretações). p.245-274. Campinas, SP, Ed. da Unicamp.
- TREVISAN, M. J. (1986), *50 anos em 50 (A Fiesp e o desenvolvimentismo)*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- TRONCA, I. (org.). (1987), *Foucault vivo*. Campinas, SP, Pontes.
- _____. (1993), *Revolução de 1930: a dominação oculta*. 8.ed. SP, Brasiliense.

- URÁN, A.M.B. (1987), *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina*. Petrópolis, Vozes.
- VERÍSSIMO, E. (1986), *Incidente em Antares*. Porto Alegre, Globo.
- VEYNE, P. (1983), *O inventário das diferenças (história e sociologia)*. SP, Brasiliense.
- _____. (1995), *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília, Ed. da UnB.
- VESENTINI, C. A. (1997), *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo, Ed. Hucitec, História Social-USP.
- VINHAS, M. (1982), *O partidão (a luta por um partido de massas, 1922-1974)*. SP, Hucitec.
- WEFFORT, F.C. (1980), *O populismo na política brasileira*. RJ, Paz e Terra.
- WHITE, H. (1989), *The content of the form*. Baltimore/London, The John Hopkins University Press.

FONTES

Jornal Correio da Manhã.

Jornal Novos Rumos.

Jornal O Estado de S. Paulo.

Jornal Voz Operária.

Revista Anhembi.

Revista Brasiliense.

Revista O Cruzeiro.

Revista Problemas.

Revista Manchete.

Antologia nacionalista: Brasileiros contra o Brasil (vários autores, ed. Fulgor, v.1 e v.2); 1958.

Estudos Nacionalistas. As cadeias do imperialismo no Brasil (PEREIRA, Osny Duarte, ed. Conquista, v.1 e v.2); 1962.

Conceito de Nacionalismo (MACHADO, Luiz Toledo; ed. Fulgor); 1960.